



Universidade de Évora - Escola de Ciências e Tecnologia

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Trabalho de Projeto

**Contributos para a definição de uma Horta Comunitária para
a Quinta do Canha em Aveiro.**

Ana Margarida Rodrigues Vieira de Castro

Orientador(es) | Maria Freire

Évora 2023



Universidade de Évora - Escola de Ciências e Tecnologia

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Trabalho de Projeto

**Contributos para a definição de uma Horta Comunitária para
a Quinta do Canha em Aveiro.**

Ana Margarida Rodrigues Vieira de Castro

Orientador(es) | Maria Freire

Évora 2023



O trabalho de projeto foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências e Tecnologia:

Presidente | Aurora da Conceição Parreira Carapinha (Universidade de Évora)

Vogais | Maria Freire (Universidade de Évora) (Orientador)
Rute Sousa Matos (Universidade de Évora) (Arguente)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu avô Manuel Rodrigues pelo amor incondicional, pela educação rigorosa e pela herança dos seus valores e princípios, aos quais sou fiel até aos dias de hoje. Uma página não seria suficiente para demonstrar a minha gratidão à sua pessoa, a mais especial que já passou pela minha vida até hoje, sobretudo sou grata ao avô Rodrigues, por ter acreditado sempre em mim e por me incentivar a seguir os meus sonhos. Graças a ele, decidi estudar o que me apaixonava, apesar de todas as dificuldades que essa escolha implicaria. Agradeço também à minha querida avó Maria Aurora, pelo seu espírito jovem, camuflado pelo velho corpo de quase 104 anos, sou grata pelo privilégio de ouvir as suas sábias palavras, todas as tardes de domingo. Agradeço ao meu filho Lucas, pela sua compreensão relativamente a mim, mãe ausente aos fins-de-semana, para me dedicar à elaboração deste trabalho. Aos meus pais, Dina e António sou grata por todo o apoio prestado como avós do Lucas e por terem feito de mim uma mulher independente e autónoma. À Paula agradeço por estar sempre lá, com uma palavra encorajadora. Ao Ricardo, sou grata, pelo poder transformador que a sua passagem pela minha vida causou. Agradeço, especialmente, à Professora Maria da Conceição Freire, por toda a paciência e disponibilidade, para me orientar neste trabalho, sem a Professora eu não teria sido capaz de o fazer nesta fase da minha vida. Agradeço também a todos os Professores que encontrei no caminho e que contribuíram para o meu crescimento, sou grata a todos eles, em especial aos Professores que encontrei na Universidade de Évora. À Presidente da Junta de Aradas, Dr.^a Catarina Barreto, agradeço a proposta da localização das hortas comunitárias na Urbanização da Quinta do Canha e a abertura às ideias expostas. Sou grata à Márcia pela amizade, compreensão, apoio e flexibilidade no ajuste do meu horário de trabalho. À Rita, à Andreia, à Jessyka e à Sara agradeço a força que me deram, nos momentos mais difíceis, em que senti vontade de desistir. Por fim, agradeço a toda a minha família, em especial às primas Carolina e Catarina, que muitas vezes serviram de fonte inspiração.

RESUMO

Ao longo do presente trabalho, estuda-se a importância das Hortas Urbanas e o seu contributo para o desenvolvimento sustentável das cidades e para a melhoria da qualidade de vida da população urbana. Este estudo incidiu sobretudo em Portugal, tendo como principal foco, a cidade de Aveiro. O objetivo deste trabalho é estudar novos caminhos para que seja possível expandir a agricultura no espaço urbano, mais especificamente as hortas comunitárias, criando abordagens que se ajustem aos desafios vividos na atualidade, tais como as alterações climáticas. Assim, é pretendido estudar a viabilidade de aplicação do conceito de horta comunitária numa horta no município de Aveiro. Para isso, considerou-se importante explorar as oportunidades e constrangimentos da prática de agricultura urbana no Bairro da Quinta do Canha, considerando a participação da população, a que se segue a elaboração do projeto. Para a realização deste foram selecionados alguns casos de estudo e também foi feita uma análise às hortas urbanas de Aveiro.

Palavras-chave: Agricultura Urbana; Hortas Urbanas; Bairro da Quinta do Canha; Aveiro.

ABSTRACT

Community Gardens and their Contribution to Urban Sustainability: Constraints and Opportunities in Aveiro

Throughout this work, we study the importance of Urban Gardens and their contribution to the sustainable development of cities and the improvement of the quality of life of the urban population. This study focused mainly on Portugal, more precisely on the city of Aveiro. This work aims to study new ways to evolve agriculture in urban spaces, more specifically as community gardens. These approaches adjust to urban challenges today, such as climate change. Thus, in an area of the municipality, it is possible to apply the community garden concept. For this, we considered the constraints and opportunities in Quinta do Canha, considering the public opinion of the population. To carry out this work, we selected some case studies. The existing community gardens in Aveiro were also analyzed.

Key Words: Urban Agriculture; Community Gardens; Quinta do Canha; Aveiro.

ACRÓNIMOS

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal

CMA – Câmara Municipal de Aveiro

EPA – Escola Profissional de Aveiro

EpDAH – Engenharia para o Desenvolvimento e Assistência Humanitária

FAO – Food and Agriculture Organization

FNUAP – Fundo de População das Nações Humanas

HUC – Horta Urbana Comunitária

INE – Instituto Nacional de Estatística

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Estratégico

ONS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

REN – Reserva Ecológica Nacional

SMIGA – Sistema Municipal de Informação Geográfica de Aveiro

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO	4
ABSTRACT	5
ACRÓNIMOS	6
INTRODUÇÃO.....	8
1. HORTAS URBANAS: UM CAMINHO PARA O FUTURO.....	12
1.1. Contextualização Histórica.....	12
1.2. O conceito de Food Urbanism	15
1.3. A Cidade e a sua Relação com a Agricultura Urbana: Casos de Estudo	17
1.4. Agricultura Urbana e Hortas Urbanas.....	20
2. HORTAS URBANAS: CONTRIBUTOS PARA A CIDADE DE AVEIRO.....	24
2.1. Hortas Urbanas existentes em Aveiro	29
2.2. Urbanização da Quinta do Canha.....	31
2.2.1. Identificação de um local para implantação de uma Horta Comunitária	31
2.2.2. Caracterização da Urbanização da Quinta do Canha	32
2.2.3. Síntese.....	39
2.3. Proposta da Horta Comunitária da Quinta do Canha	40
2.3.1. Inquéritos e Resultados.....	40
2.3.2. Proposta	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
ANEXOS	59
I - Excerto do Regulamento do PDM de Aveiro.....	60
II - Inquérito aos Moradores da Quinta do Canha.....	62
III - Flyer Promocional da Horta Comunitária da Quinta do Canha	66
IV - Regulamento de Utilização da Horta Comunitária da Quinta do Canha.....	67
V - Plano Geral da Proposta	73

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho de projeto é estudar uma das estratégias de viabilizar a renaturalização urbana e de aumento da qualidade de vida urbana - agricultura urbana - tendo como objeto de estudo a cidade de Aveiro e apresentar um projeto para a urbanização da Quinta do Canha. Nos dias de hoje, sente-se a necessidade urgente de renaturalizar as cidades, mas de forma compatível com o estilo de vida urbano atual. Na última década, tem-se verificado que, no espaço público Aveirense, faltam espaços onde a vegetação ganha importância, onde a permeabilidade é mantida e/ou acrescentada, e onde as oportunidades sociais sejam mais diversificadas, uma vez que se observa um crescente número de praças totalmente pavimentadas (impermeabilizadas). Assiste-se a diversas manifestações da população, que discorda com algumas alterações do espaço aberto público. O mesmo se passou há uns anos quando converteram o jardim de um bairro tradicional (Alboy) no que designamos por praça, totalmente pavimentada com alterações da vivência, e das matérias que desenharam uma apazibilidade do estar, tendo passado de ponto de encontro a espaço de passagem. A ocupação massiva do meio citadino, aliada ao abandono do meio rural, têm conduzido à edificação excessiva e impermeabilização dos solos urbanos (grande parte solos férteis), impossibilitando a produção de proximidade. Deste modo, parecemos caminhar no sentido inverso, num momento em que a prioridade deveria ser contribuir para cidades mais sustentáveis. Em Portugal, verifica-se que o espaço urbano é desenhado pela estrutura viária e consequentemente pela resposta à presença do automóvel, bem como pela presença de estruturas e entrepostos comerciais megalómanos (Freire & Ramos, 2013). Muito embora se verifiquem todos estes constrangimentos, destaca-se a crescente preocupação em reverter o processo, são crescentes as iniciativas promotoras de espaços abertos urbanos mais sustentáveis, onde se procura dar resposta ao recreio, mas também à proteção dos recursos naturais e ainda aos espaços de produção, de que são exemplo as Hortas Comunitárias.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), no dia 15 de novembro de 2022, o planeta deverá alcançar os 8 mil milhões de habitantes, estima-se que em 2050 a população mundial alcançará os 9,7 mil milhões de habitantes e que, por esta altura, as cidades darão abrigo a cerca de 70% da população mundial. Nem o aumento da taxa de mortalidade mundial causado pela pandemia, travou o rápido crescimento mundial, apenas reduzindo a esperança média de vida, de 72,5 anos para 71 anos. As estatísticas apontam que o crescimento da população, será causado essencialmente pelo aumento populacional dos países dos continentes africano e asiático. Em 2023, a Índia deverá ultrapassar a China,

passando a ser o país mais populoso do mundo (ONU, 2022). Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), este rápido e contínuo crescimento populacional, tem representado um obstáculo para serem alcançados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como erradicar a fome e pobreza, alcançar a igualdade de género e melhorar a saúde e educação. A pobreza, as alterações climáticas, o esgotamento de recursos/crise energética e as guerras, indicam que no futuro também as taxas de migração populacional poderão aumentar, traduzindo-se numa população global altamente móvel (Fundo de População das Nações Unidas, 2022). Coloca-se então uma questão: Como vamos conseguir alimentar tantas pessoas, numa altura em que os recursos do planeta estão a acabar? O problema do aumento populacional aliado ao esgotamento de recursos/crise ecológica preveem um cenário pouco acolhedor para as gerações futuras. Assim, o planeamento das cidades deverá ter em conta este tipo de problemas, para que seja possível promover o desenvolvimento sustentável das mesmas, de forma que possam acompanhar o crescimento populacional/fenómeno migratório e reestabelecer o equilíbrio entre o ser-humano e a natureza.

O tema deste trabalho e o projeto aqui desenvolvido de uma horta comunitária num bairro, pretende abrir novos horizontes, baseados na perspetiva para o aproveitamento dos espaços abertos com potencial de uso agrícola na cidade, que respondam simultaneamente a outras funções e que, favorecendo a produção de proximidade, contribuem simultaneamente para a saúde, socialização, integração geracional e integração multicultural das populações. Desde o surgimento da Pandemia por Covid-19, que se tem verificado uma tendência crescente para a valorização dos espaços abertos, públicos e privados, constatando-se uma alteração nos requisitos de procura no mercado imobiliário (Torgal, 2020). Esta é uma boa oportunidade para incutir nas pessoas o hábito de cultivarem os seus alimentos, seja em pequenos espaços no interior das suas habitações (pátios, logradouros, varandas, terraços, ...) seja em espaços públicos, como as hortas urbanas.

De acordo com Pinto (2007), as hortas urbanas contribuem para cidades mais sustentáveis, reduzindo a dimensão dos problemas acima mencionados. Uma das grandes vantagens da horticultura urbana está relacionada precisamente com a produção de proximidade, ou seja, se os alimentos produzidos forem consumidos localmente, minimizam-se os impactos causados pela agricultura no meio ambiente, pois a energia gasta no transporte e conservação dos alimentos diminui, bem como a emissão de gases que contribuem para o efeito de estufa. Por conseguinte, os alimentos consumidos

apresentam maior frescura e qualidade, contribuindo também para a melhoria da segurança alimentar (Pinto, 2007) e para o combate às alterações climáticas.

O trabalho estrutura-se em cinco capítulos. No primeiro abordamos a importância das hortas para o futuro sustentável das cidades atuais. Para isso, considerou-se pertinente fazer uma viagem ao passado, para perceber que benefícios as hortas trouxeram aos nossos antepassados e em que momentos da história estes espaços se tornaram indispensáveis à sobrevivência do ser-humano. Deste modo, será possível estabelecer um paralelismo com a atualidade e avaliar em que medida as Hortas Urbanas poderão ser úteis para vencermos as adversidades da conjuntura atual (contexto de alterações climáticas, pós-pandémico, guerra, inflação, crise económica). No segundo capítulo consta uma breve análise do contexto português, já que nas últimas décadas se nota uma crescente tendência para a implantação de hortas comunitárias nos grandes centros urbanos. Abordamos alguns casos de referência, nomeadamente da cidade de Lisboa. Sendo a cidade de Aveiro, o local onde o nosso objeto de estudo se insere, para uma melhor perceção da viabilidade de construção de novas hortas urbanas, considera-se pertinente identificar as Hortas Urbanas e fazer o enquadramento da cidade. No capítulo quatro, consta a caracterização do bairro, que nos foi indicado como local onde localizar esta tipologia de espaço.

Muito embora, a Agricultura Urbana possa contribuir para minimizar alguns dos problemas vividos nos grandes centros urbanos, podendo ser considerada uma das estratégias para impulsionar o desenvolvimento sustentável das cidades com contributos também importantes para a luta contra as alterações climáticas, jamais deverá ser vista como uma solução única e absoluta. É de salientar, que o caminho para o futuro da humanidade só será possível de mãos dadas com a natureza, num espaço que se deve conceber como a cidade global, defendida por Ribeiro Telles.

O processo participativo foi realizado em conjunto com a Junta de Freguesia de Aradas. Aproveitou-se o Arraial Popular realizado, na Urbanização da Quinta do Canha, a 25 de junho, para fazer os inquéritos aos moradores. Deste modo, os habitantes puderam contribuir com a sua opinião, sendo incluídos nas decisões para o projeto. O sucesso do projeto e respetiva execução depende essencialmente do uso que será dado ao espaço, se o mesmo corresponder às expectativas destas pessoas e se lhes forem atribuídas as ferramentas necessárias, vai ser um espaço útil e sustentável.

Esta participação foi de extrema importância, para termos uma melhor noção do número aproximado de pessoas interessadas em cultivar a sua horta, bem como a melhor localização e melhores escolhas para a horta comunitária.

A intenção de apresentar o projeto aos moradores, não foi possível de concretizar dentro deste período de realização do trabalho de projeto, mas com a entrega do trabalho ficaremos disponíveis para que a Junta de Freguesia de Aradas realize uma sessão em que estaremos presentes e faremos os ajustes que se considerem necessários.

1. HORTAS URBANAS: UM CAMINHO PARA O FUTURO

Como refere Carapinha (1995), em Portugal, a terminologia inicial para definir os espaços que hoje designamos de jardins, seria “horto”. Os termos horto e jardim apresentam, na verdade, o mesmo significado, referindo-se a espaços delimitados por barreiras físicas (muros ou vedações) onde se cultivam vegetais, frutas e flores. O termo jardim seria adotado mais tarde, com a evolução da língua portuguesa, como o forma de se acompanhar a terminologia adotada pelas restantes línguas europeias. Os Romanos, atribuíam a estes espaços a função de recreio e produção, os hortos eram espaços fechados, delimitados por paliçadas, sebes ou muretes (Grimal, 1969). Existem outros relatos históricos da horta como espaço recreativo, e em alguns casos é-lhe conferido um carácter intimista, até romântico e sensual. É inevitável, ao imaginarmos o jardim do éden, não atribuímos a essa imagem, uma certa sensualidade, o trincar da maçã, essa curiosidade de provar e experimentar o desconhecido, esse mistério e desejo que acaba por se expandir a todas as frutas. Conseguimos, então, encontrar beleza no simples trincar de um fruto... Porque não reavivar a magia do paraíso, numa horta? E, porque não criar estes espaços nas cidades? Espaços de produção, mas que ao mesmo tempo podem incorporar em si cantinhos intimistas, onde podemos estar em silêncio mergulhados numa reflexão profunda, ou a ler um livro enquanto saboreamos bagas. É esta magia que precisa de renascer, vamos namorar na horta, brincar às escondidas, resgatar a humanidade do Homem, os valores humanos, o amor, a amizade, a partilha e principalmente o apreço pela natureza, tudo isto dentro da cidade.

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

As técnicas de cultivo de hortas têm sido praticadas por diferentes culturas, desde os tempos mais remotos. Os povos da civilização mesopotâmica dominaram as técnicas de irrigação, esta inovação favoreceu as práticas agrícolas nas condições áridas em que viviam, nos seus jardins cultivavam legumes e vegetais que ofereciam aos Deuses que veneravam, os jardins eram locais sagrados e religiosos, mas funcionais (Moreau, 2020). Nos jardins reais Assírios, encontravam-se plantadas espécies frutíferas do estrato arbóreo e arbustivo, tais como tamareiras, marmeleiros, amendoeiras e romãzeiras, juntamente com carvalhos e zimbros (Moreau, 2020). De acordo com Valente (2012), o fácil acesso a água e alimentos dentro das cidades da mesopotâmia atribuía-lhes o estatuto de cidades autónomas (Valente, 2012).

De acordo com Griffiths (2014), estudos arqueológicos desenvolvidos através de investigações feitas nas casas-de-banho de Pompeia, revelaram que a dieta dos romanos

se baseava essencialmente no consumo de frutas e produtos hortícolas. Vegetais como o alho, cebola, nabo, figos, romãs, laranjas, peras, maçãs e uvas estavam entre os alimentos favoritos deste povo. Apenas as pessoas das classes sociais mais elevadas comiam carne e os porcos eram alimentados com figos para que a carne ficasse aromatizada (Griffiths, 2014). Os jardins romanos tiveram como fonte de inspiração, a civilização grega, num jardim de prazer também se plantavam variedades frutíferas (Beeson, 2019). As classes sociais mais baixas optavam por jardins de autossustentação, sendo frequente a plantação de hortas para fins culinários (Lawson, 1950). De acordo com Bowe (2004), nos jardins romanos era frequente encontrar flores, hortícolas, árvores, plantas aromáticas e medicinais. Nas hortas romanas que tinham como objetivo a obtenção de alimentos e plantas medicinais, cultivava-se alho, manjerição, coentros, salsa, alecrim, cebola e mostarda. Estas hortas expandiram-se por todo o território dominado pelo império romano (Bowe, 2004).

No âmbito deste trabalho, considerou-se importante abordar os jardins medievais. Os registos acerca da arte dos jardins na idade-média, são praticamente inexistentes, (Thacker, 1979). Consoante nos fala Thacker (1979), pouco ou nada se sabe acerca dos jardins ocidentais, desde Sidonius Apollinaris até ao reinado de Carlos Magno. No entanto, surgiram três documentos que deram a conhecer aos historiadores, as práticas da época. Um desses documentos, data aproximadamente do ano de 816 ou ainda antes, encontra-se no Mosteiro de Santo Gall na Suíça e nele constam os planos de um mosteiro, com três jardins de formas retangulares, mas muito distintos entre si. O primeiro jardim trata-se precisamente de um “*Jardim Medicinal*”¹ e fica próximo da enfermaria do mosteiro, por isso, facto que nos leva a crer que as ervas desse jardim seriam usadas para tratamentos médicos. O segundo jardim, trata-se de uma “*horta doméstica*”², em que cada talhão serve apenas para uma variedade de planta. O terceiro jardim é simultaneamente um pomar e o lugar onde jaziam os monges. Dos três documentos mencionados mais acima, destaca-se um poema escrito em latim por um monge, que descreve as atividades de jardinagem e em um excerto deste poema, surge uma explicação acerca de como fazer um pequeno jardim e o monge aconselha a elevar a terra, relativamente ao nível do solo, cercado-a com tábuas de madeira, para impedir a erosão do solo. Outros registos anteriores, da autoria do Romano Palladius, demonstram uma técnica semelhante para a plantação de hortas, que

¹ Nossa tradução.

² Nossa tradução.

se refere a boas práticas de drenagem, aconselhando a elevar ou rebaixar as camas de plantação, mas até aqui não se tinha ouvido falar das tábuas. Esta prática de elevar as camas de plantação estende-se até ao século IX. Não se sabe ao certo se as plantas que o monge descreve neste poema se referem às conhecidas por nós atualmente, ou qual será o seu nome, mas salva; funcho; papoila; melão; absinto; poejo; hortelã; cabaça; ervados-gatos; Lírios; rabanetes, seriam provavelmente algumas das espécies cultivadas nestes jardins da idade-média. As plantas são mencionadas ao longo do poema, descritas de acordo com a sua utilidade medicinal, em primeiro lugar e de acordo como seu valor estético, em segundo lugar. Não existem referências a técnicas de cultivo (podas, etc), mas a rosa e o rabanete, por exemplo, são descritos pela sua funcionalidade e valor. Mesmo as plantas, às quais hoje atribuímos um valor ornamental, são mencionadas de acordo com outros interesses, pois nessa altura plantas como as rosas ou os lírios, eram usadas para fins culinários, medicinais ou aromáticos (Thacker, 1979).

Os jardins flutuantes dos Astecas (Chinampas), no período pré-hispânico, muitas vezes eram construídos, em pequena escala, junto às casas (Onofre, 2005). Segundo o mesmo autor, nestes jardins, os antigos povos astecas cultivavam milho, tomate, abóboras. Estes jardins eram construídos nos lagos do Vale do México, com juncos e estacas, em forma retangular. Com a chegada dos espanhóis, durante os descobrimentos, os jardins flutuantes ganharam valor acrescentando pela introdução de novas espécies, nomeadamente especiarias, novos vegetais e flores, como as dalias, algumas variedades de rosas, lírios-aquáticos (Onofre, 2005).

Nos EUA, durante a primeira grande guerra mundial, surgiram várias campanhas de sensibilização para o cultivo doméstico de alimentos, já que os agricultores tinham sido recrutados como soldados e vivia-se uma grande crise de escassez de alimentos (Pack, 1919). A campanha dos Victory Gardens, foi lançada nos EUA por Charles Lathrop Pack, em março de 1917, e abrangia a cultura de terras de domínio público e privado (Pack, 1919). O Canadá seguiu o exemplo e ainda em 1917, foi lançada a campanha “Uma Horta para Cada Lar”, em que as pessoas foram incentivadas a plantar as suas próprias hortas em casa, como resultado obteve-se um grande volume de produção de batata, beterraba, repolho, entre outros (Hopkins, 1919). Durante a segunda guerra mundial, a campanha voltou a ser reativada e mais países aderiram, como é o caso da Austrália, onde foi lançada uma campanha “Dig for Victory” em 1942, para combater a escassez de alimentos causada pela falta de trabalhadores (Mckernan, 1945). Em Inglaterra, esta “segunda edição” do movimento “Dig for Victory”, ganhou uma forte expressão também na segunda guerra

mundial, cultivavam-se alimentos um pouco por todo o lado, margens dos caminhos ferroviários, campos de golfe foram reconvertidos para a plantação e hortas (Matless, 2016). Nos EUA, até a Casa Branca se rendeu ao movimento, em 1943 a primeira-dama Eleanor Roosevelt resolveu dar o exemplo e plantou um “Victory Garden”, num dos extensos relvados da Casa Branca (Cecilia, 2013). Segundo Larsen (2018), os “Victory Gardens” são uma forma de consumo ético, que pode ajudar a combater as alterações climáticas. Se os alimentos essenciais para suprir as necessidades nutricionais dos habitantes dos meios urbanos forem cultivados dentro das próprias cidades, ou nas proximidades das mesmas, as emissões de gases causadas pelo transporte dos alimentos para os grandes centros urbanos reduzirão abruptamente (Larsen, 2018). Como nos fala Matos (2011), no pós-guerra a plantação de hortas em Inglaterra caiu abruptamente, as pessoas abandonaram esta prática, pois deixou de ser uma necessidade, uma vez que se viveram tempos de maior prosperidade e as taxas de desemprego diminuíram. Para além disso, as pessoas passaram a associar as hortas à guerra, então o sentimento era negativo. Entretanto, na década de 70 o cultivo de hortas volta a estar em voga na Inglaterra, talvez pelo desenvolvimento da nova ética ambiental nos anos 60, durante os quais se procurava um estilo de vida mais alternativo e com recurso às energias renováveis. Todo este novo contexto herdado dos anos 60, incutiu nas pessoas, a vontade de voltar a cultivar alimentos saudáveis e ricos nutricionalmente (Matos, 2011).

Podemos concluir que todos estes jardins da antiguidade até aos tempos mais modernos, foram pensados estrategicamente e serviram o ser-humano, quer pela sua componente produtiva, quer como objeto de inspiração e contemplação, ou como um mero refúgio da vida social. Por esse motivo, é útil fazer uma ponte entre o passado e o presente, transportando para hoje os aspetos vantajosos desse lugar tão especial, que é a horta ou o jardim. No passado, podemos encontrar algumas respostas para os problemas vividos atualmente e inspiração para construir um novo legado para os nossos sucessores.

1.2. CONCEITO DE FOOD URBANISM

As pessoas da atualidade, revelam uma preocupação acrescida com a segurança alimentar e a preservação ambiental, uma vez que grande parte das doenças são geradas pela comida processada que consumimos ou pela qualidade (modo de produção) dos alimentos que compramos e ainda pela poluição ambiental. Este facto tem influenciado urbanistas e outros profissionais envolvidos no planeamento urbano, a reformularem a conceção das cidades do futuro (Valente, 2012). Relacionado com a temática deste trabalho, destaca-se o movimento Food Urbanism, que surgiu nos Estados Unidos da América e no Canadá,

cujo principal objetivo é *“garantir um sistema alimentar saudável, gerido por uma comunidade socialmente produtiva, determinada em garantir a manutenção de critérios que promovam o crescimento económico e a qualidade ambiental sustentáveis...”*, (Valente, 2012, p.66). De acordo com os ideais do Urbanismo Alimentar, a visão sobre as cidades do futuro baseia-se num planeamento de raiz, seguindo uma metodologia que se apoia na articulação entre as diferentes formas de mobilidade, *“...no interior da malha urbana (estradas, caminho de ferro, percursos pedonais, ecopistas, etc.) e os diferentes espaços que estruturam o sistema de produção alimentar (hortas em jardins privados, hortas comunitárias, avenidas com espaços de produção, quintas agrícolas urbanas, explorações agrícolas em espaços institucionais, etc.)”* (Valente, 2012, p.67). A comunidade é o elemento-chave para garantir a manutenção da produção urbana de bens alimentares, sendo da sua competência cooperar nas atividades do dia a dia (produção, processamento e distribuição) (Valente, 2012, p.67).

*“Ao utilizar o desenvolvimento da produção urbana de alimentos enquanto critério para a expansão urbana, a comunidade poderá beneficiar desse crescimento enquanto se mantém num caminho sustentável.”*³. (Grimm cit in Valente, 2012)

O conceito remete-nos para Le Corbusier, mas baseado num planeamento urbano que soluciona problemas sociais, económicos e ambientais, ou seja, pensado de forma adequada à realidade da maioria da população, sem a visão surrealista de uma cidade planeada para as classes sociais de topo. Trata-se de um ponto de vista interessante, embora seja também uma idealização utópica, já que encara as cidades como tábuas rasas. Para além disso, parece ser ambicioso demais desejar que sejam as zonas produtivas a determinar a organização espacial dos centros urbanos, o foco deveria ser adaptar as zonas de produção às cidades atuais, de modo que estes sistemas integrem a estrutura ecológica num sistema de continuidades que abrange diferentes tipologias de espaços e desempenha múltiplas funções. Apesar deste constrangimento, a ideia de incutir na comunidade a missão de desempenhar um papel ativo na cidade produtiva, responsabilizando-a pela produção, processamento e distribuição dos bens alimentares, é

³ Nossa tradução.

plausível e de possível concretização. Assim, seria possível combater a marginalidade social, promovendo a integração e inserção das pessoas e mitigando discrepâncias entre diferentes classes sociais, lutando, simultaneamente, por uma sociedade mais equilibrada e baseada na igualdade, em que cada um desempenha um papel, ou o seu papel.

1.3. A CIDADE E A SUA RELAÇÃO COM A AGRICULTURA URBANA: CASOS DE ESTUDO

Considerou-se relevante para a elaboração deste trabalho, abordar três modelos de cidade ideal, propostos por três pioneiros da arquitetura moderna, que contribuíram em muito para o desenvolvimento das cidades, Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright e Le Corbusier. Estas propostas, surgiram em resposta a uma série de problemas urbanos herdados da revolução industrial.

Como nos fala Valente (2012), o modelo de Howard (Garden City) foi pensado de forma a poder ser aplicado em vários contextos geográficos, era, portanto, um modelo universal que poderia ser replicado em qualquer parte do mundo. De acordo com a proposta da cidade-jardim, as cidades deveriam integrar dentro de si o campo, estariam organizadas em zonas destinadas aos serviços administrativos, aos negócios, à indústria, ao ensino e generosas áreas reservadas para os jardins e parques públicos, de modo que existisse equilíbrio entre o Homem e a natureza. Segundo Howard, o Homem e a natureza eram complementares e a cidade e o campo não deveriam jamais estar separados. Por esse motivo, as Garden Cities deveriam estar envolvidas por faixas de campo, cinturões verdes agrícolas (capazes de absorver os resíduos sólidos urbanos) que delimitavam a dimensão da cidade, e uma zona de interface urbano rural. Inspirado pela civilização grega, Howard idealizou a cidade com um limite de crescimento, projetada para receber um determinado número de habitantes. A partir do momento em que a cidade alojasse esse número de habitantes, seriam criadas cidades para novos habitantes e assim consecutivamente. A deslocação entre as Garden Cities seria feita com recurso a transportes públicos rodoviários e ferroviários. Este modelo de cidade obedecia a uma hierarquia, em que no seu conjunto, as cidades (partes) passariam a constituir uma metrópole (um todo designado por cidade social) (Valente, 2012).

De acordo com Pfeiffer (2007), Frank Lloyd Wright desde sempre demonstrou no seu trabalho um enorme respeito pela natureza. Para Wright, a Arquitetura era humana, respeitava a natureza e a paisagem circundante, aliás integrava-se nelas (Pfeiffer, 2007). Segundo Le Corbusier, as casas eram máquinas de morar, apenas dormitórios, sem

humanidade e de uso temporário (Le Corbusier, 1924). No entanto, para Wright as casas não eram meras máquinas de viver, a Arquitetura, como já foi mencionado acima, era humana (Pfeiffer, 2007). É interessante comparar as perspetivas destes dois Arquitetos, em relação às cidades do futuro. Le Corbusier defendia a construção em altura como forma de condensar um elevado número de pessoas numa mesma parcela de terra, mas Wright discordava e argumentava com a sua visão da cidade expandida e dispersa, na qual existiria continuidade entre campo e cidade, sendo o processo de diferenciação entre eles bastante suave e gradual, quase como um degradê, em que a cidade ia deixando de ser cidade para se diluir no campo e vice-versa, a cidade integraria a natureza dentro de si e, assim, nasceu o conceito de Broadacre City (Valente, 2012). Esta visão de Frank Lloyd Wright, remete-nos para o conceito de paisagem global de Gonçalo Ribeiro Telles, que defende uma humanização do espaço, em que o ser-humano vive em harmonia com os ciclos da natureza, respeitando os mesmos (Ribeiro Telles cit in Santos, 2018). De acordo com Ribeiro Telles (2003), a continuidade entre a natureza e a cultura está implícita no conceito de paisagem global, sendo que esta continuidade favorece a proximidade do ser-humano à natureza. Ribeiro Telles defendia esta continuidade estabelecida entre campo e cidade, idealizada por Wright, para ele o equilíbrio das cidades passava pela reestruturação da unidade Cidade-Campo. O desenvolvimento sustentável das cidades estaria então assente neste princípio de unidade cidade-campo, garantido a qualidade de vida das populações humanas. Muito embora, urbano e rural fossem encarados como espaços com características e funções distintas, o espaço rural deveria abraçar a cidade, entrando subtilmente na mesma, de modo a formar um todo constituído por duas partes (*ager e urbe*) (Ribeiro Telles cit in Santos, 2018). Também a cidade ideal de Wright, seria mais urbana no seu núcleo e iria perdendo esse carácter à medida que se aproximava da periferia (que na verdade não era uma periferia, já que a Broadacre City era “infinita”), até se fundir com o campo (Valente, 2012). Esta cidade seria dominada pela presença de moradias unifamiliares, cada família teria direito a uma parcela de terreno (o acre) para construir a sua casa (Carvalho, 2003). O acre incluiria uma área suficiente para que cada casa tivesse associada uma horta, transmitindo aos habitantes a sensação de viverem, ao mesmo tempo, no campo e na cidade. As áreas agrícolas e florestais estariam incluídas na cidade, não negando, de forma alguma, o acesso à tecnologia que seria aproveitada, por exemplo, para efeitos de mobilidade (Valente, 2012). Frank Lloyd Wright destaca o papel do agricultor, descrevendo-o quase como um “Deus” que providencia tudo o que é necessário aos habitantes da Broadacre City, afirmando antes de morrer: “sem o agricultor, as vilas e cidades, grandes ou pequenas, ficariam despidas e com fome” (Wright, 1958). De acordo

com esta perspetiva, a agricultura, apresentava-se então, como um recurso fundamental, o que nos leva a refletir acerca do abandono das terras em Portugal, que poderá ter consequências gravíssimas, conduzindo-nos ao empobrecimento económico, uma vez que vivemos, de novo, em contexto de guerra. De volta à Broadacre City, é importante mencionar que os edifícios destacados na paisagem, seriam edifícios públicos e de uso comunitário e a conceção da cidade seria feita de acordo com a sua localização geográfica, respeitando a paisagem envolvente (Valente, 2012).

Le Corbusier apresenta um modelo de cidade moderna, totalmente distinto das propostas de Wright e de Howard. Para Le Corbusier, a conceção de uma cidade deveria partir da ideia de tábua rasa, desprendendo-se de qualquer tradição do passado (Valente, 2012). Diferentemente dos dois arquitetos abordados anteriormente, defendia as cidades de alta densidade populacional. As edificações, quer fossem para fins habitacionais, comerciais ou destinadas aos serviços públicos e órgãos administrativos, resumiam-se a arranha-céus, de modo a permitir que se agrupasse um elevado número de pessoas numa mesma área. Assim, o espaço seria rentabilizando e as áreas livres seriam de uso comum, podendo ser ocupadas por zonas verdes, parques públicos, entre outros. Com a sua Ville Radieuse, Le Corbusier pretendia melhorar a qualidade de vida dos habitantes da cidade, mas também melhorar a sociedade, de um modo geral. Os edifícios habitacionais deveriam alcançar os 50m de altura e dariam alojamento a cerca de 2700 pessoas, na cobertura dos mesmos, estaria prevista a existência de uma piscina, enquanto o piso 0 ficaria reservado para serviços de lavandaria e restauração. À saída destes edifícios estaria prevista a existência de áreas de lazer. Os edifícios da área de negócios (que se localizava no centro da cidade), alcançavam os 200m e apresentavam capacidade para receber entre 5000 a 8000 pessoas. O desenho da Ville Radieuse era geométrico, simétrico e padronizado e contemplava um sistema de rede viária bastante distinto de todos os modelos vistos até hoje. Quanto às áreas agrícolas, estariam localizadas nas zonas adjacentes à cidade e deveriam corresponder à alta densidade populacional da cidade sendo, por esse motivo, necessário praticar uma agroindústria mecanizada. Esta cidade seria, portanto, uma cidade industrializada, que caminhava ao passo da tecnologia, que não negava a necessidade de proximidade ao campo (Valente, 2012).

1.4. AGRICULTURA URBANA E HORTAS URBANAS

A agricultura urbana desde sempre aconteceu dentro das cidades, antes da revolução industrial não existiam sistemas de refrigeração ou de transporte, que possibilitassem o contrário a ausência, por esse motivo, os alimentos tinham de ser produzidos localmente (Matos, 2011). As hortas domésticas e as práticas agrícolas foram acontecendo em lugares próximos às edificações (comerciais, habitacionais, religiosas, administrativas), com a intenção de alimentar as populações humanas. É com o êxodo rural, que aconteceu no século XVIII, que surgem as primeiras hortas com a finalidade de promover a segurança alimentar e assegurar uma base de suporte económico a pessoas desempregadas e desfavorecidas. A agricultura urbana foi acontecendo nestes moldes, até à chegada da revolução industrial, em que as zonas de cultivo de hortas, foram substituídas por urbanizações, autoestradas, entre outros (Matos, 2011). Segundo a FAO (Food and Agriculture Organization), uma das definições mais comuns para o conceito de Agricultura Urbana é a de Mougeot (2000):

“A Agricultura Urbana está localizada dentro (intraurbana) e na periferia (periurbana) de uma vila, cidade ou metrópole e produz, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentares ou não alimentares, (re-) utiliza amplamente recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados dentro e ao redor dessa área urbana e, por sua vez, fornece recursos humanos e materiais, produtos e serviços, em grande parte, para essa área urbana.”⁴ (Mougeot cit in FAO 2022).

As Hortas Urbanas são espaços que integram a estrutura verde urbana, contribuindo para o *Continuum Naturale*, cumprindo diversas funções: proporcionam alimentos e promovem atividades de recreio e lazer (Matos, 2011). São lugares onde as pessoas se reúnem para produzir alimentos, mas também para conviver, aproximando diferentes gerações e fortalecendo laços familiares e de amizade, resgatando memórias que influenciam, de uma forma positiva, as gerações futuras. As hortas podem também representar uma forma de dar a conhecer o mundo às crianças, podendo assumir essa função de lugar didático (Kelly, 2017).

⁴ Nossa tradução.

“A horticultura urbana e periurbana (HUP) é o cultivo de uma grande variedade de lavouras, como frutas, hortaliças, raízes, tubérculos e plantas ornamentais, nas cidades e zonas circundantes.” (FAO, 2012).

Como vimos, as hortas urbanas são de extrema importância para garantir a sustentabilidade das cidades, promover a biodiversidade, atrair polinizadores, evitando a extinção de espécies e garantindo alimento a todos.

Como refere Carapinha (1995), as antigas quintas de recreio integravam no seu todo diverso, hortas e pomares, que se articulavam com o carácter de lazer. A história revela-nos que desde há muito associámos a busca de alimento ao lazer, a própria caça passou de atividade de subsistência a uma prática de carácter recreativo (Carapinha, 1995).

É interessante observar como, em Portugal, se associa cada vez mais algumas atividades agrícolas ao turismo e conseqüentemente ao lazer, o agroturismo por exemplo no Douro, onde as quintas de produção vinícola proporcionam visitas guiadas às vinhas e, no fim, fazer provas de vinho num espaço com vista para a área de produção. Como resultado, temos toda uma paisagem multifuncional que resulta de uma atividade económica, que se tornou cultura, da qual usufruímos para recreio e que se constrói tirando partido e valorizando determinados alimentos. Precisamos de voltar à natureza, é urgente voltar à agricultura, pela nossa saúde mental, para voltarmos a compreender de onde viemos e porque estamos aqui. Possivelmente parte das doenças mentais não existiria se não nos tivéssemos distanciado tanto da terra e da natureza. Estas doenças são fruto de uma robotização que não faz parte da essência do ser-humano.

Por todos estes motivos, a horta é um espaço de produção, é um lugar de lazer que participa no processo de cura das doenças da sociedade, pelo refúgio que nos reconecta às raízes e nos dá a oportunidade de entender qual o nosso lugar hoje e aqui. Não adianta lutar contra a natureza, pois ao destruí-la estamos a destruir a nós mesmos.

Se, por um lado, os avanços na medicina permitiram controlar algumas doenças e aumentar a esperança média de vida do ser-humano, por outro lado, surgiram novas doenças relacionadas com o estilo de vida atual que comprometem a sua longevidade, o cancro continua a ser uma das principais causas de morte em Portugal (Bastos, 2017). A horticultura urbana proporciona um acesso gratuito a alimentos frescos de qualidade, controlada pelo próprio agricultor e promove a prevenção de alguns problemas de saúde física e mental, dada a atividade física que suscita. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) o problema da obesidade está relacionado com uma alteração nos

padrões de vida, por exemplo, o sedentarismo, a falta de soluções nos setores da agricultura, processamento dos alimentos, transportes e planeamento urbano (OMS, 2021). A introdução de hábitos de cultivo desde a infância, permite às crianças apreciarem o consumo de alimentos saudáveis, influenciando, de forma positiva, as suas escolhas alimentares (Kelly, 2017). As hortas comunitárias, são uma excelente forma de fazermos chegar alimentos saudáveis a quem mais precisa (FAO, 2012). Para além disso, existem alguns estudos que relacionam o cultivo de hortícolas a um resultado benéfico no tratamento de doenças mentais (Matos, 2011). No entanto, existem alguns sinais relativamente à Agricultura Urbana, é importante garantir a proximidade a água de qualidade, de forma a promover a segurança alimentar (Muteia, 2021). Também a contaminação do solo por químicos e metais pesados, pode representar riscos para a saúde-humana e ambiental (Alves, 2018). Tendo em conta que grande parte dos centros urbanos portugueses se encontra rodeado de extensas zonas industriais, seria interessante desenvolver uma investigação voltada para o desenvolvimento de estratégias de tratamento dos solos, antes de se plantar uma horta num determinado local. A técnica de fitorremediação, talvez possa ser uma solução viável para extrair as substâncias nocivas e metais pesados do solo. Quanto às técnicas de cultivo pode optar-se por práticas de agricultura biológica.

A agricultura urbana pode também melhorar a economia familiar em agregados mais carenciados. Estas famílias podem assim obter alimentos e poupar o dinheiro, que não têm para ir ao supermercado, além disso, o excedente resultante da produção pode também ser comercializado nos mercados, de forma que se consiga um rendimento extra ou através de trocas de alimentos entre os que praticam agricultura. O know-how adquirido na prática de agricultura urbana, pode facilitar a entrada destas pessoas no mercado de trabalho (Matos, 2011). As próprias hortas urbanas podem apresentar-se na componente comercial, gerando postos de trabalho. A abundância de produção, de alimento, de frutas e vegetais, pode naturalmente ser comercializada. De acordo com a FAO, a agricultura urbana abrange uma gama completa e diversa de atividades produtivas de alimentos, inclusivamente a pesca e silvicultura em numerosas cidades do mundo desenvolvido e do mundo em desenvolvimento, contribui para a disponibilidade alimentos (e produtos frescos em particular), oferece emprego e rendimento e pode contribuir para a segurança alimentar e nutricional da população urbana (FAO, 2012).

“A horticultura pode ser rentável até mesmo em pequena escala. Em Dakar, as mulheres mantêm 30% das hortaliças cultivadas nas suas micro-hortas para consumo doméstico e vendem o excedente em quiosques familiares, ganhando o equivalente ao salário de um trabalhador. Em Lima, as mulheres praticam a HUP a tempo parcial para ganharem renda extra e ainda têm tempo para realizar as tarefas domésticas e cuidar das crianças.”

(FAO, 2012, p.9)

2. HORTAS URBANAS: CONTRIBUTOS PARA A CIDADE DE AVEIRO

No passado, a agricultura existia dentro das cidades e nas zonas adjacentes, essencialmente pela necessidade de alimento e de uma produção de proximidade, numa altura em que ainda não existiam processos de refrigeração e transportes para fazer chegar bens alimentares de regiões longínquas (Matos, 2011). O desenvolvimento dos centros urbanos, fez com que grande parte dos terrenos, outrora ocupados por agricultura, se transformassem em zonas habitacionais, comerciais, industriais e de equipamentos, portanto o urbanismo varreu a agricultura da cidade (Matos, 2011). O êxodo rural trouxe para a cidade agricultores que rapidamente se envolveram em outras atividades e alguns mantiveram em simultâneo, ao longo de décadas, práticas agrícolas em espaços abertos privados e/ou em espaços marginais da cidade (como faixas ao longo de vias, áreas junto a cursos de água, terrenos residuais, ...) de modo clandestino (Freire, 2022). É neste contexto que surgiu a agricultura urbana em Portugal, fundamentalmente na forma de hortas familiares e mais recentemente, na forma de hortas urbanas comunitárias. A agricultura volta assim de outra forma à cidade, de uma forma readaptada, com outra escala, como um pedacinho de campo agricultado deixado de recordação, dando a ideia de que por breves momentos viajamos à calma do espaço rural (Valente, 2012).

Portugal é um país de economia pouco forte, mas ainda assim rico em alguns recursos naturais. Um país pequeno, com grande parte das áreas onde se observam graves problemas de gestão e já com reduzida preservação da biodiversidade, apesar de apresentar uma área continental limitada⁵, situa-se a uma latitude que lhe permite usufruir do encontro de dois tipos de clima (mediterrânico e atlântico) (Dias, 2021). Esta contextualização geográfica favorece o desenvolvimento de plantas com características muito distintas umas das outras, traduzindo-se numa diversidade de ecossistemas fenomenal. No entanto, a biodiversidade portuguesa encontra-se ameaçada e os problemas que afetam o país, como as alterações climáticas, os incêndios florestais, o abandono da agricultura e das atividades silvo-pastoris, agravam a situação (Dias, 2021).

⁵ Sem esquecer que Portugal também é mar.

“Voltar à natureza não significa abandonar as cidades para regressar ao campo. Pelo contrário! Há que reaproveitar os espaços em desuso. Uma varanda, uma janela, uma parcela de terreno abandonada, uma açoteia, um parque público, um jardim... porquê semear relva onde podemos fazer crescer abóboras e feijões?” (Casabosch, 2013, p.16).

A agricultura é agora uma miragem longínqua do passado, salvo exceções da agroindústria, em determinadas áreas do país. Como temos vindo a tratar neste trabalho será abordada a agricultura urbana, felicitando alguns passos já dados, criticando os que poderiam ser dados e propondo algumas soluções. É de lembrar que a maioria das cidades portuguesas, apresentam um passado com forte ligação às práticas agrícolas, sendo também verdade que grande parte dos centros urbanos possui hortas comunitárias.

Lisboa tem-se destacado pela integração de diversas hortas na cidade, onde decorrem uma série de eventos periódicos direcionados para o cultivo de alimentos, nos quais as pessoas podem aprender como criar e cuidar das suas hortas ou mini-hortas urbanas, este movimento surge muito associado à procura de estilos de vida mais saudáveis e prevenção de doenças (Rodrigues, 2020). Também em Lisboa surgiu o primeiro agroparque de acordo com o conceito da FoodLink - Rede para Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa. É importante que esta prática se estenda a outras cidades portuguesas. O Designer André Maciel, fundador das HortasLX e do Ateliê de Design e Permacultura Puri Simpl, defende que a alimentação saudável é um direito universal e encara as hortas urbanas como o caminho de acesso a isso (Rodrigues, 2020). Gonçalo Ribeiro Telles defendeu a presença das hortas em Lisboa desde os anos 70, pois a cidade que o viu nascer era assim repleta de hortas por todo o lado, só nas últimas duas décadas as hortas urbanas surgiram em Lisboa (Telles cit in Ribeiro, 2020).

Na Península Ibérica, contamos com outros exemplos que poderão servir de inspiração, como é o caso de Sabia Bruta, uma horta urbana comunitária, plantada em pleno campus da universidade de Madrid onde estudantes, ativistas e investigadores desfrutam das suas horas livres (Martín, 2013). Consoante nos fala Garrido (2013), esta horta é encarada como um espaço de investigação, recreação e também de reflexão acerca da conceção da horta, do mundo e da sociedade. As sementeiras são feitas com recurso a materiais reciclados, a fertilização da terra é feita com composto produzido na compostagem da própria horta, promovendo o enriquecimento do solo e tornando-a 100% ecológica (Garrido, 2013). Javier Garrido, com as suas sábias ideias remete-nos para o tempo em que a botânica

providenciava os únicos remédios disponíveis para a medicina. Nesse tempo, em que Garcia da Orta viveu, a horta e o jardim eram autênticos laboratórios de estudo onde se reuniam investigadores (Carapinha, 1995). Nas universidades do Centro e Norte, especialmente os novos campus universitários (Aveiro e Porto) que são altamente voltados para a Ciência e Tecnologia, verifica-se que os espaços exteriores são maioritariamente ocupados por extensas áreas relvadas, cuja interação com os utilizadores do campus é muito reduzida, podemos afirmar que muito raramente estas áreas são utilizadas para atividades ao ar livre. Este tipo de hortas, podiam constituir autênticos laboratórios a céu aberto, incentivando o trabalho de campo e a aprendizagem *in situ*. Na universidade de Aveiro, foi fundada recentemente uma horta (HortUA), da qual vamos falar mais à frente, mas com um conceito um pouco diferente da Sabia Bruta.

O nosso caso-estudo incide, como já referimos, num bairro da cidade de Aveiro, sendo este caso utilizado como exemplo acerca do potencial agrícola, em múltiplos lugares urbanos de Portugal.

Aveiro é uma cidade localizada na costa oeste portuguesa, situada entre a terra e o mar. Desenvolveu-se em torno de uma laguna, onde desagua o Rio Vouga - a Ria de Aveiro. Devido à sua contextualização geográfica, Aveiro é um lugar de elevada biodiversidade. O município de Aveiro apresenta uma área de 197,58km² (CAOP, 2013) e conta com 80 978 habitantes (INE, 2021). Esta cidade é mundialmente conhecida pelos seus barcos moliceiros e pelas suas casas em estilo Art Nouveau. Os moliceiros são barcos elegantes e coloridos, com pinturas satíricas, atualmente constituem uma das maiores atrações turísticas da cidade, mas inicialmente foram construídos para a apanha do moliço.

A presença de barcos específicos para a apanha do moliço, que era posteriormente utilizado como adubo na agricultura, indica que Aveiro teve também um passado fortemente ligado à Agricultura. A toponímia presente nos bairros das freguesias urbanas (Aradas, Esgueira, Santa Joana e São Bernardo) indicam o mesmo: “Quinta do Casal”, “Quinta do Canha”, “Quinta do Picado”, “Quinta do Simão”, “Quinta do Gato”, “Quinta do Loureiro”, “Quinta da Bela Vista”. Apesar dos solos salobros, a cidade é abundante em água e as práticas agrícolas, desde sempre se desenvolveram nas proximidades de cursos de água.

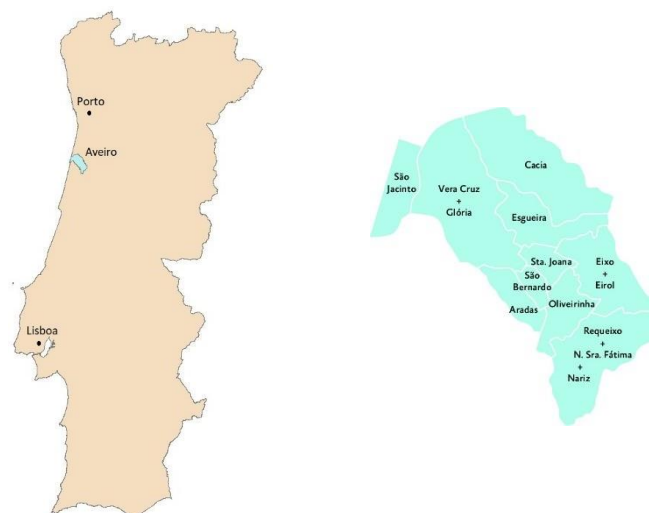


Figura 1 – Localização da Cidade de Aveiro no Mapa de Portugal à esquerda e Localização dos limites administrativos das Freguesias de Aveiro à direita.

Fonte: CAOP, 2019.

Existem registos históricos de culturas específicas na cidade de Aveiro e seus arredores, como a produção de chicória, chegando, em tempos, a existir algumas fábricas de produção de chicória, nomeadamente na freguesia de Eixo e na Gafanha da Encarnação (Rodrigues, 2012). A sua presença é ainda visível nas áreas relvadas e bermas das estradas, onde surgem pontualmente, e se destacam pelas flores em tom lilás características da planta da chicória (Figura 2). No início do século XX, chegaram a existir cerca de 350ha de terra dedicados à cultura de chicória (*Cichorium intybus*), na região de Aveiro, mais especificamente nas faixas costeiras da Vagueira e Costa Nova (Ruella cit in Gamito, 2010). A cultura de chicória em Aveiro, sucedia a cultura do milho e era feita em terrenos de sequeiro, em alguns casos em regime de regadio. De acordo com este último regime, a rega era feita duas vezes por ano, uma em junho e outra em julho, o que significa que se trata de uma cultura amiga dos recursos hídricos, tratando-se de uma planta que resiste muito bem a condições de secura. Para além disso, a planta da chicória é considerada uma planta benéfica para o solo (Ruella cit in Gamito, 2010). Alguns destes terrenos encontram-se, nos dias de hoje, incultos e poderiam ser aproveitados, em benefício da comunidade residente nas áreas adjacentes. Através desta pequena pesquisa, foi possível perceber que a cultura da chicória associada a outras culturas, poderá ser um caminho favorável face a crise climática e falta de água que vivemos em Portugal.



Figura 2 – Fotografia da Chicória na berma de uma via de acesso em Aveiro.

Levantamento feito no terreno, 11 de março de 2022.

Na Gafanha da encarnação, a lama negra e viscosa que se formava na ria durante a maré vazia, era utilizada pelos agricultores para impermeabilizar os canais de rega (regos) que conduziam a água até aos campos de milho (Figura 3), permitindo que a água chegasse ao seu destino sem se infiltrar (Cardoso, 2022).



Figura 3 – Lama viscosa formada pela maré vazia da ria (foto de Cardoso Ferreira).

Fonte: Notícias de Aveiro, 1 de abril de 2022.

Em suma, Aveiro é uma cidade com elevado potencial agrícola, com solos férteis e bom acesso a água, onde continuam até aos dias de hoje a ocorrer práticas de agricultura na sua periferia. O facto de a cidade estar cada vez mais voltada para o turismo, tem acarretado alguns problemas para quem a habita permanentemente. O rápido crescimento

da cidade não tem tido em conta problemas como as alterações climáticas/aquecimento global, ou a emissão de gases que contribuem para o efeito de estufa. Alguns dos espaços verdes da cidade não têm sido devidamente preservados ou adaptados à nova realidade que se vive. Por este motivo, considera-se urgente apostar em iniciativas que conduzam à conceção de espaços abertos públicos e privados, que garantam a continuidade ecológica e cultural, minimizando os impactos dos problemas acima mencionados e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da cidade. As Hortas Urbanas são uma excelente aposta para se caminhar neste sentido.

2.1. HORTAS URBANAS EXISTENTES EM AVEIRO

Em 2011 surgiram as primeiras hortas comunitárias em Aveiro, com o objetivo de disponibilizar às pessoas, algumas parcelas de terreno, onde pudessem cultivar os seus próprios alimentos, esta iniciativa foi pensada para as pessoas desfavorecidas (Gonçalves, 2014).

Atualmente existem no município de Aveiro três hortas comunitárias: a horta pioneira, antes mencionada, situada na freguesia da Vera Cruz, a horta comunitária de Esgueira e a HortUA situada no campus da universidade de Aveiro.

Horta Comunitária da Vera Cruz

Esta primeira horta comunitária, foi criada pela Junta de Freguesia da Vera Cruz em parceria com a EPA. Em 2012, esta horta dispunha de 4000m² e 8 talhões estavam a ser trabalhados (CMA, 2012). De acordo com a CMA (2012), esta horta comunitária foi pensada com o objetivo garantir uma atividade de lazer e ocupação dos tempos livres, preservar as técnicas tradicionais de agricultura e aumentar a coesão social. O contributo ecológico que as mesmas acarretam, também foi aspeto tido em conta, uma vez que a presença destes espaços na cidade, ajudam a equilibrar os ciclos da natureza, melhorando os solos e promovendo a biodiversidade (CMA, 2012).

Horta Comunitária de Esgueira

A horta comunitária de Esgueira partiu de uma iniciativa da Junta de Freguesia de Esgueira e partilha os objetivos antes mencionados, relativos à primeira horta. A maior parte dos hortelãos que ali cultivam o seu talhão têm em paralelo a sua profissão e encaram esta atividade como um hobby (Almeida, 2021). Em 2021 foi criado um ponto de compostagem, na horta e as pessoas foram incentivadas a participar nesta prática, através da realização de um workshop, no qual cada hortelão recebeu o seu próprio balde para trazer os resíduos que produzia (Real, 2021). Através desta consulta foi possível perceber que, nestas hortas, não está regulamentada a prática de agricultura biológica, mas na alínea J do artigo 11 apela-se aos hortelãos que exerçam práticas agrícolas sustentáveis, com o menor impacto possível para os ecossistemas.

HortUA

A HortUA é fruto de uma parceria entre a Universidade de Aveiro e a EpDAH (Engenharia para o Desenvolvimento e Assistência Humanitária), começou a ser planeada em 2009, mas apenas passou para o plano de ação recentemente (EpDAH, 2009). Esta Horta está a nascer em pleno campus universitário e tem como objetivo ser um laboratório a céu aberto, intitulando-se mesmo de “Laboratório Vivo de Sustentabilidade”, cujas práticas de cultivo se baseiam nos princípios da permacultura (HortUA, 2019). Em 2011, quando o projeto ainda não passava da memória descritiva, os objetivos passavam pela criação de um laboratório a céu aberto para a experimentação de educação ambiental; energias renováveis, compostagem, fitorremediação e bioconstrução. Atualmente, está associada à HortUA uma “Oficina de Compostagem”, um projeto denominado de “CicloCompost”, que foi lançado em maio deste ano e tem como objetivos, formar as pessoas e fazer a recolha, ao domicílio, dos resíduos orgânicos gerados pela população, esta recolha é feita utilizando uma bicicleta como meio de transporte (UA, 2022).

2.2. URBANIZAÇÃO DA QUINTA DO CANHA

2.2.1. IDENTIFICAÇÃO DE UM LOCAL PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA HORTA COMUNITÁRIA

Após uma reunião com a CMA, realizada no fim de fevereiro de 2022, foi possível perceber que as hortas comunitárias tinham passado para o domínio das Juntas de Freguesia. Deste modo, fez-se uma análise para perceber qual a Freguesia onde seria viável a implantação de uma horta. Optou-se por consultar primeiro a Junta de Freguesia de Aradas, por se tratar de uma freguesia com um passado fortemente ligado à agricultura. No início de março, foi possível reunir com a Presidente da Junta, que de imediato mostrou abertura para acolher o projeto de uma horta urbana em Aradas, sugerindo uma urbanização (Quinta do Canha), situada no limite com a freguesia da Glória, para a qual se têm vindo a estudar novas soluções que promovam a melhoria dos espaços exteriores. Nesta reunião, houve uma troca de ideias acerca da população residente na urbanização da Quinta do Canha (Figura 4), de onde se destaca: grande parte dos moradores serem reformados, viverem em espírito de comunidade, gostarem de jardinagem, aparentarem-se zelosos e proativos. Neste sentido, considerou-se que seria válido caracterizar a urbanização em questão para perceber a viabilidade da localização de uma horta comunitária.



Figura 4 – Urbanização da Quinta do Canha

Fonte: Google maps, 20 de maio de 2022.

2.2.2. CARACTERIZAÇÃO DA URBANIZAÇÃO DA QUINTA DO CANHA

Como já foi referido, a urbanização da Quinta do Canha situa-se na freguesia de Aradas (Figura 5), em Aveiro e apresenta um passado recente fortemente ligado à agricultura. O termo “Arada”, vem de arar, preparação do terreno, ato de arar, que deriva do latim “arare”, que significa lavrar, abrir sulcos na terra (Grande Dicionário da Língua Portuguesa, vol. I, pp. 349 -351).

Este Bairro situa-se na periferia urbana da cidade de Aveiro (ver Figura 5). É limitado a Noroeste pela Estrada Nacional 109, a Sudoeste pela Ribeira do Vale das Aradas e Estrada Nacional 235, a Nordeste pela Rua Direita de Aradas e a Sul pelo Parque do Eucalipto (Figura 6).



Figura 5 – Cidade de Aveiro, com identificação da localização da urbanização da Quinta do Canha (sem escala).

Fonte: Google maps, 16 de julho de 2022.

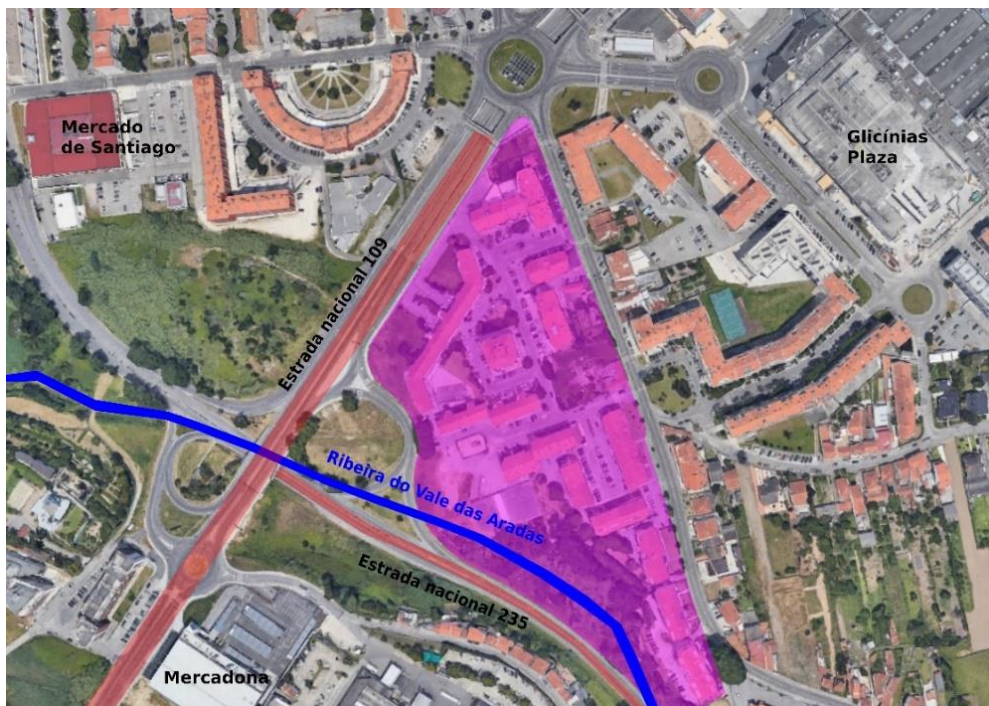


Figura 6 – Área abrangida pela Urbanização da Quinta do Canha (sem escala).

Fonte: Google maps, 16 de julho de 2022.

A Norte destaca-se a presença de uma área comercial, o Glicínias Plaza Shopping Center, que foi localizado numa área outrora ocupada por terrenos agrícolas e em particular na área de uma antiga quinta, a Quinta das Glicínias.

Na figura 7 mais antiga, é possível visualizar uma fotografia aérea da Quinta das Glicínias antes da construção do centro comercial (assinalada a verde).



Figura 7 – Fotografia aérea da Quinta das Glicínias em 1999;

Fonte: SMIGA, 29 de junho de 2022.

Comparando as duas imagens, é possível perceber que também se deram alterações ao nível da estrutura viária. Conforme já foi mencionado, a estrutura viária tem determinado o planeamento da cidade. Neste caso específico, deu-se o alargamento da via para favorecer a circulação rodoviária e o aumento da sua afluência, devido à presença da nova estrutura que ali iria surgir (Glicínias Plaza). As áreas exteriores do bairro da Quinta do Canha sofreram uma redução da sua área, a Noroeste para dar resposta ao crescimento da cidade.

A urbanização da Quinta do Canha, como a designação o sugere, correspondia originalmente a uma Quinta. A urbanização foi construída na década de 80, tendo sido planeado como uma urbanização de custos controlados. Inicialmente, um bairro camarário, na atualidade a maior parte dos apartamentos da Quinta do Canha foram vendidos a particulares⁶. A Quinta do Canha conta com uma população de cerca de 4000 habitantes (Simões, 2021).

Esta urbanização é também conhecida por Eucalipto, devido à pré-existência de um Eucalipto de grande porte, que acabou por influenciar a escolha dos nomes das ruas, largos e até do parque: Travessa do Eucalipto Sul, Rua do Eucalipto, Largo do Eucalipto, Parque ambiental do Eucalipto.

⁶ Informação fornecida pela empresa de gestão de condomínios Conservichave.

Para se proceder à caracterização da Urbanização da Quinta do Canha, foram feitas algumas visitas ao local, de modo a fazer um levantamento fotográfico da situação existente e foram consultados documentos no GeoPortal da CMA (Câmara Municipal de Aveiro) SMIGA (Sistema Municipal de Informação Geográfica de Aveiro). Estes documentos permitiram o desenho de uma planta que servirá de base para o projeto, incluindo o levantamento topográfico. Deste modo, para uma melhor caracterização da situação existente, apoiamo-nos nas plantas disponíveis para consulta.

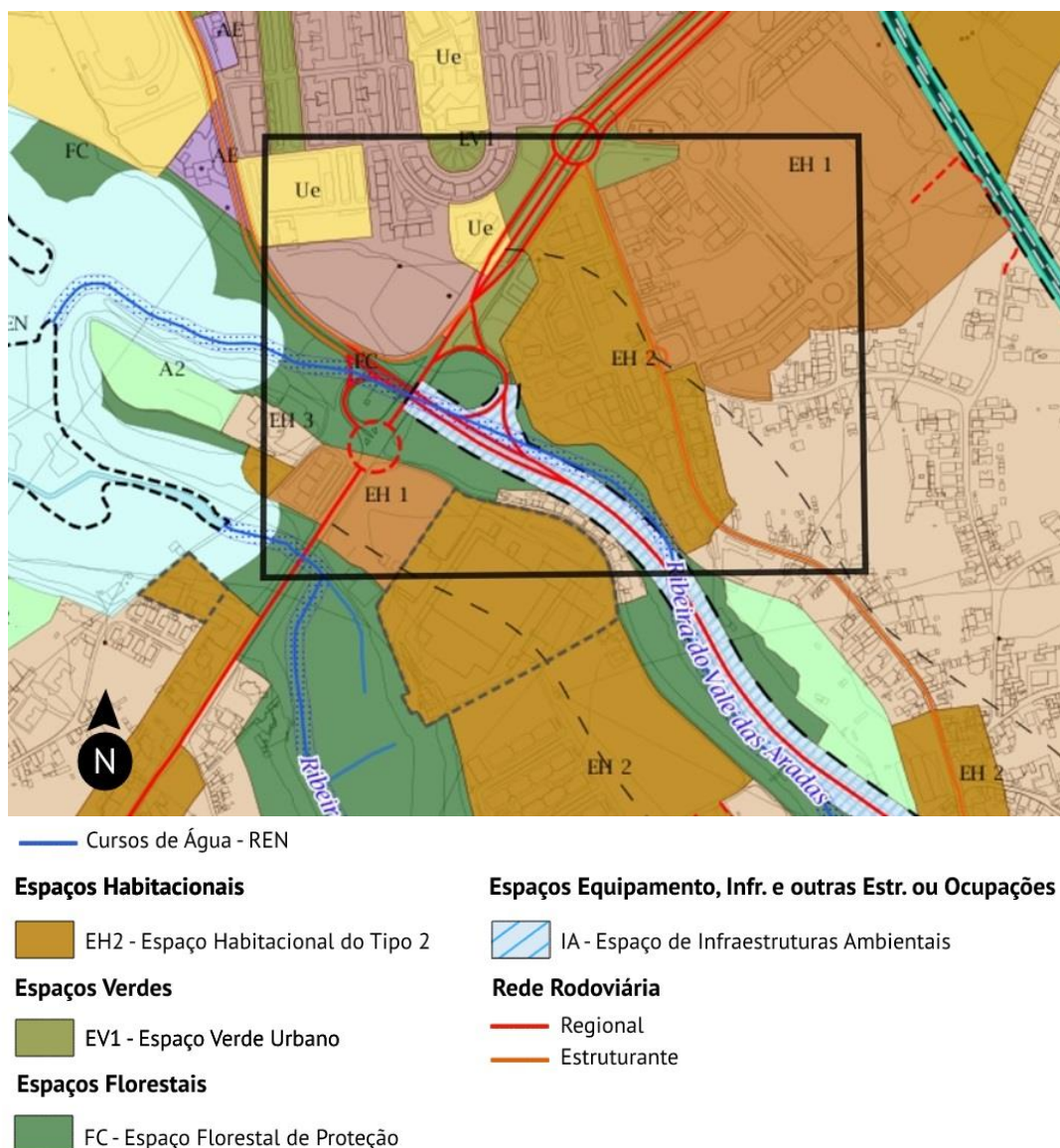


Figura 8 – Excerto do Plano de Urbanização de Aveiro.

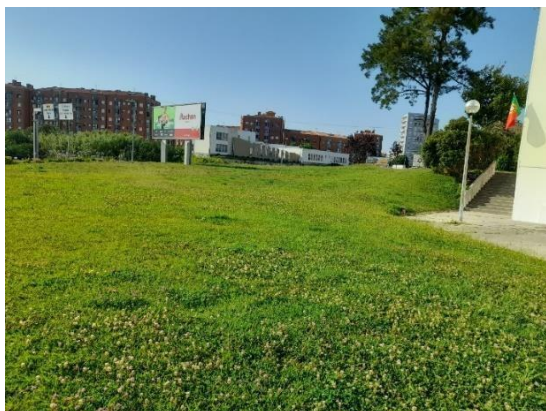
Fonte: SMIGA, 15 de março de 2022

O conjunto edificado é constituído por prédios maioritariamente de 4 andares e uma torre (Figura 12), localizada no núcleo do Bairro, com 11 andares. A sul, junto ao parque Ambiental do Eucalipto, localiza-se uma área de garagens. Em volta da urbanização a Norte Nordeste e Sul, observam-se algumas diferenças de nível, que decorrem essencialmente da implantação de uso rodoviário e da existência de uma linha de água.



Figuras 12 – Fotografia da Torre na Urbanização da Quinta do Canha;
Levantamento feito no terreno, 17 de março de 2022

A topografia existente indica-nos que as zonas mais favoráveis à prática de horticultura urbana são as zonas mais planas, representadas no mapa por “relvado” e “área de terreno inculto”. As áreas de relvado possuem elevados custos de manutenção e a sua utilização pelas pessoas ocorre meramente para passeios com os animais de estimação, ou seja, com uso de baixa afluência (Figura 13, 14).



Figuras 13 e 14 – Fotografia de Área de Relvado na Urbanização da Quinta do Canha;
Levantamento feito no terreno, 17 de março de 2022

Na área de terreno inulto, nascem ervas espontâneas, algumas da flora nativa, nesta área foram plantados recentemente alguns pinheiros (Figura 14), com o objetivo de criar algum fechamento visual relativamente à via. Junto a este terreno, existe uma rampa de acesso ao piso inferior das garagens, a acompanhar esta rampa foi criada por um morador, uma pequena horta (Figura 15).



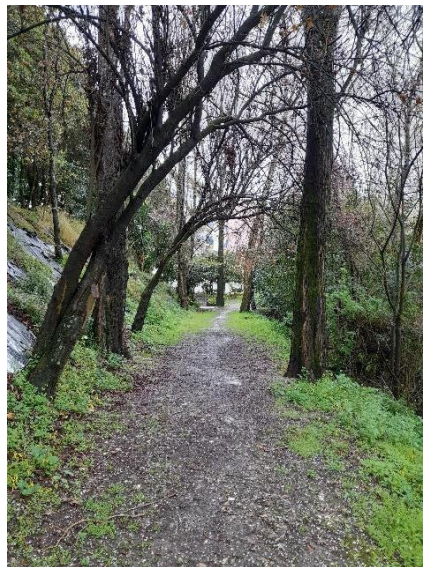
Figuras 15 – Fotografia de Horta existente na Urbanização da Quinta do Canha;
Levantamento feito no terreno, 11 de março de 2022

Recentemente foi implantado um parque intergeracional, o projeto foi realizado pela Junta Freguesia conjuntamente com alunos da Universidade de Aveiro (Figura 16).



Figuras 16 – Fotografia do Parque Intergeracional na Urbanização da Quinta do Canha;
Levantamento feito no terreno, 11 de março de 2022

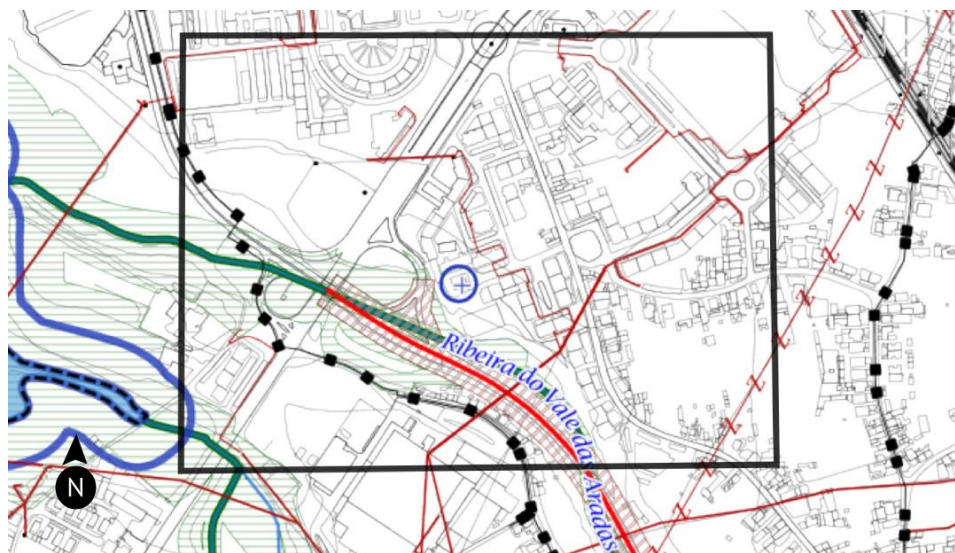
A área ocupada pelo Parque Ambiental do Eucalipto⁷ é um espaço de Reserva Ecológica Nacional (REN) classificada como Espaço de Floresta de Proteção na POT (anexo I) e tem como elemento base, uma linha de água. Aqui surge um declive mais acentuado por se encontrar numa situação de vale e uma vegetação frondosa, com várias espécies, sendo usada para recreio e lazer da população. Há um percurso que possibilita o disfrute desta importante área de sombra e de maior biodiversidade (Figura 17). Trata-se de um dos poucos espaços onde ainda é possível visualizar um bosque ripícola autóctone consolidado e que se mantém até aos dias de hoje, dentro da cidade de Aveiro. Neste parque, predominam espécies da ripícolas, de que são exemplo: o salgueiro (*Salix atrocinerea*); o choupo-negro (*Populus nigra*) e o urtigão (*Urtica dioica*).



Figuras 17 – Fotografia do Percurso no Parque Ambiental do Eucalipto;
Levantamento feito no terreno, 11 de março de 2022

Como já foi mencionado, o parque e o bairro são limitados a sul pela Estrada Nacional 235, eixo viário que se encontra a uma cota inferior relativamente à área em estudo, existindo significativa exposição ao ruído.

⁷ Do nosso ponto de vista, corresponde na verdade ao Parque Linear da Ribeira do Vale das Aradas.



Recursos Ecológicos

- Linhas de Água REN
- ▨ Reserva Ecológica Natural (Total)

Rede Elétrica

- Média Tensão 15kV - Aérea
- Média Tensão 15kV - Subterrânea
- Alta Tensão 60kV

Captações de Água Subterrânea

- + Captação
- ⊕ Zona de Proteção Intermediária

Rede Rodoviária

- Rede Nacional Complementar (EN235)
- ▨ Zona de Servidão Non Aedificandi

Figura 18 – Carta de Condicionantes;

Fonte: SMIGA, 15 de março de 2022

A partir da análise da Planta de Condicionantes, é possível perceber a existência de um ponto de captação de água subterrânea, que foi também identificado no local (Figura 19).



Figura 19 – Fotografia do Ponto de Extração de água, na Urbanização da Quinta do Canha;

Levantamento feito no terreno, 17 de março de 2022

2.2.3. SÍNTESE

Através desta análise, foi possível verificar que toda a área do Parque Ambiental do Eucalipto cumpre a função de proteção e de recreio. É claramente um bosque ripícola, classificado como Floresta de Proteção e abrangido pela REN. Também foi possível observar que o eixo viário foi implantado numa área associada à continuidade do curso de água, pertencendo também à REN e que da estrada advém ruído significativo. É de notar, que a linha de água foi canalizada para permitir a implantação deste eixo viário.

De uma forma geral, Aveiro é uma cidade plana, característica também presente nesta urbanização, devido à implantação do eixo rodoviário condicionado pela morfologia da situação do vale da ribeira das Aradas, encontramos aqui alguma riqueza morfológica dada por estes elementos naturais e culturais.

O objetivo da Junta de Freguesia é a implantação das hortas comunitárias na maior área relvada, delimitada pelas vias de acesso rodoviário (EN235 e EN109). No entanto, esta localização suscita-nos algumas preocupações e por esse motivo enveredamos para o estudo de toda a urbanização. A área que nos foi proposta desenhar as hortas não apresenta privacidade nenhuma e a transição de cotas entre o relvado e a estrada é abrupta, existindo risco de queda.

A análise a que procedemos confirmou-nos que os espaços livres e adequados para a prática de horticultura urbana, poderão ser os espaços representados como espaço relvado no mapa apresentado, mas também algum canteiro existente no bairro.

Após esta análise considerou-se necessário envolver neste processo de proposta de horta comunitária a população residente, considerando-a determinante ao sucesso do projeto. O processo de participação pública surge não só no momento de definição do programa e da escolha da localização da horta, como depois após o desenho da proposta. Assim realizámos inquéritos aos moradores (ver anexo III), para que os mesmos possam participar ativamente no projeto, de forma a ir de encontro às suas necessidades e expetativas, enquanto utilizadores do espaço e que farão a sua gestão.

2.3. PROPOSTA DA HORTA COMUNITÁRIA DA QUINTA DO CANHA

2.3.1. INQUÉRITOS E RESULTADOS

O Arraial Popular realizado na Urbanização da Quinta do Canha, a 25 de julho, foi uma excelente oportunidade para fazermos os inquéritos aos moradores. Deste modo, o processo participativo foi realizado no espaço exterior do bairro e os moradores puderam partilhar a sua opinião acerca da possível implantação de uma Horta Urbana neste Bairro, dando a conhecer as suas expectativas.

O objetivo de os inquéritos serem preenchidos no exterior e num dia de fim de semana foi para acolher o máximo de pessoas, de maneira a ter uma melhor perceção acerca das suas expetativas e necessidades. Assim, os moradores puderam sentir que a sua opinião conta e que foram incluídos no processo. O sucesso do projeto e respetiva manutenção depende essencialmente se o mesmo corresponder às expetativas das pessoas.

As hortas urbanas são espaços que respondem a várias funções, dizem-se por isso, multifuncionais: proporcionam alimentos (hortícolas e frutícolas), participam assim numa economia familiar, proporcionam atividades de recreio e lazer. A horta, do ponto de vista recreativo, pode ser encarada como um lugar onde as pessoas se reúnem para conviver, que aproxima diferentes gerações criando laços familiares ou de amizade e resgatando ou deixando memórias. Essas memórias influenciam, de forma positiva, os comportamentos das futuras gerações, quer seja nas suas relações interpessoais, quer seja no respeito demonstrado para com a natureza. A presença destes espaços na cidade, contribui para a sua renaturalização e reconexão do ser-humano com a natureza, melhorando a qualidade de vida das pessoas. No caso específico do bairro da Quinta do Canha, sendo habitado maioritariamente por pessoas da terceira idade, cujo ritmo de vida desacelerou, uma horta urbana pode ajudar a aumentar a sua qualidade de vida.

Esta participação foi de extrema importância, para compreendermos as expetativas dos moradores e para termos uma melhor noção do número aproximado e pessoas interessadas em cultivar a sua horta. O inquérito foi fulcral para melhor localizar, dimensionar e desenhar as hortas.

O processo participativo, permitiu-nos entrevistar cerca de 50 famílias. Através do gráfico da figura 20 é possível perceber que 62,3% das pessoas que foram inquiridas são mulheres e 37,7% são do sexo masculino.

Sexo:

53 respostas

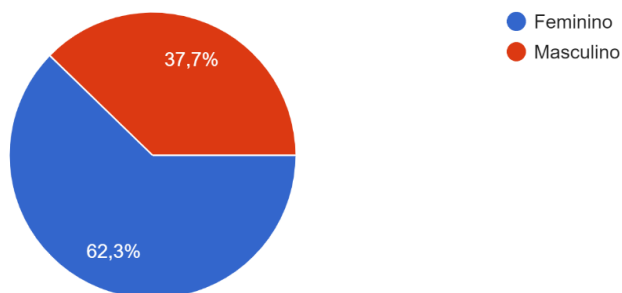


Figura 20: Gráfico com o sexo dos inquiridos

Fonte: Google forms, 24 de setembro de 2022.

Como é possível observar no gráfico apresentado na figura 21, constatou-se que 83,1% dos inquiridos são de nacionalidade portuguesa, 5,7% de nacionalidade venezuelana, existindo ainda uma pessoa da Bielorrússia, três brasileiros, uma cabo-verdiana e uma luso-moçambicana.

Nacionalidade:

53 respostas

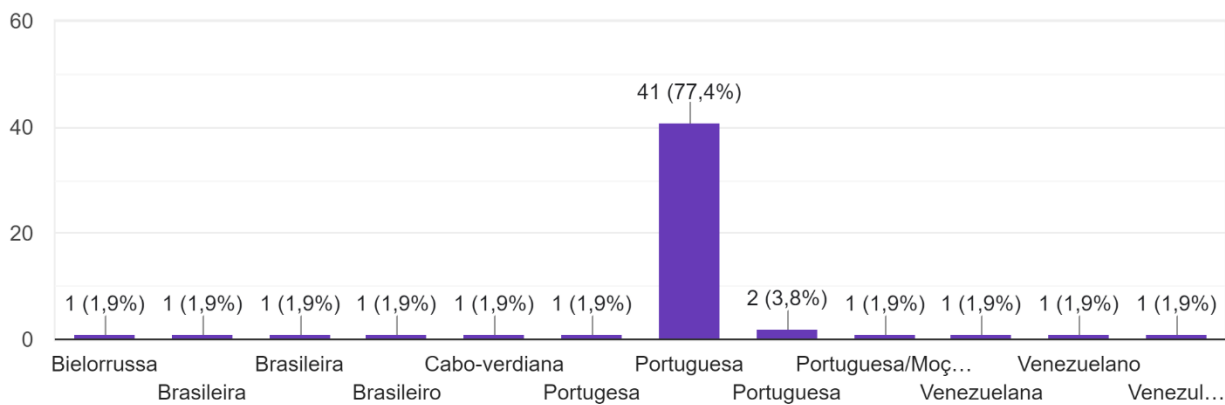


Figura 21: Gráfico com a nacionalidade dos inquiridos

Fonte: Google forms, 24 de setembro de 2022.

Analisando o gráfico apresentado na figura 22, constatamos que 9,5% dos inquiridos têm idade compreendida entre os 24 e os 36 anos, 7,6% têm entre os 37 e os 40 anos, 17,1% entre os 40 e os 55 anos, 21,2% estão entre os 56 e os 64 anos e 47,4% apresentam idade superior a 65 anos.

Idade:

53 respostas

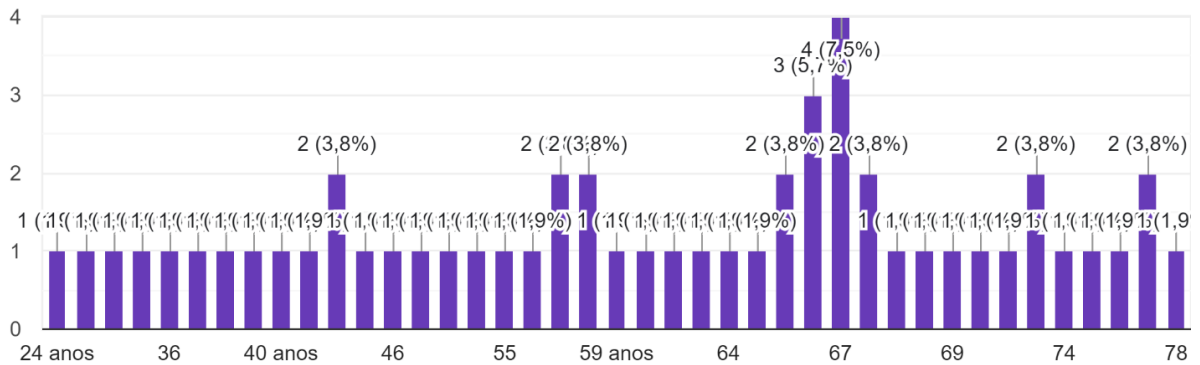


Figura 22: Gráfico com a idade dos inquiridos

Fonte: Google forms, 24 de setembro de 2022.

O gráfico apresentado na figura 23, mostra-nos que 43,4% dos inquiridos são reformados, 37,7% são trabalhadores ativos, 13,2% estão desempregados e 5,7% são estudantes.

Situação atual:

53 respostas

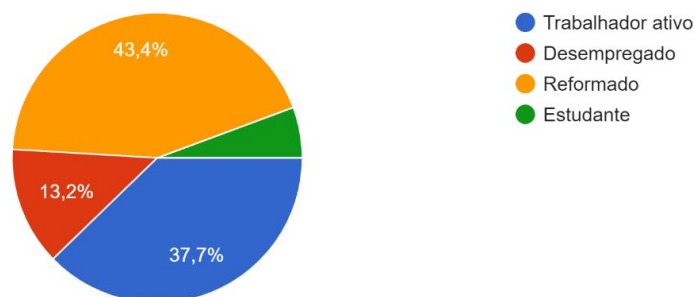


Figura 23: Gráfico com a ocupação dos inquiridos.

Fonte: Google forms, 24 de setembro de 2022.

No que toca a economia (Figura 24), 98,1% dos inquiridos afirma que se tornaria hortelão para ter alimentos para autoconsumo, traduzindo-se em poupança nas despesas mensais com a alimentação, enquanto 35,8% aponta para obtenção de um rendimento extra. Uma das inquiridas acrescentou que gostaria de cultivar os seus próprios alimentos, tornando-se autónoma na aquisição dos mesmos.

Motivos pelos quais é ou se pode tornar hortelão (económicos):

53 respostas

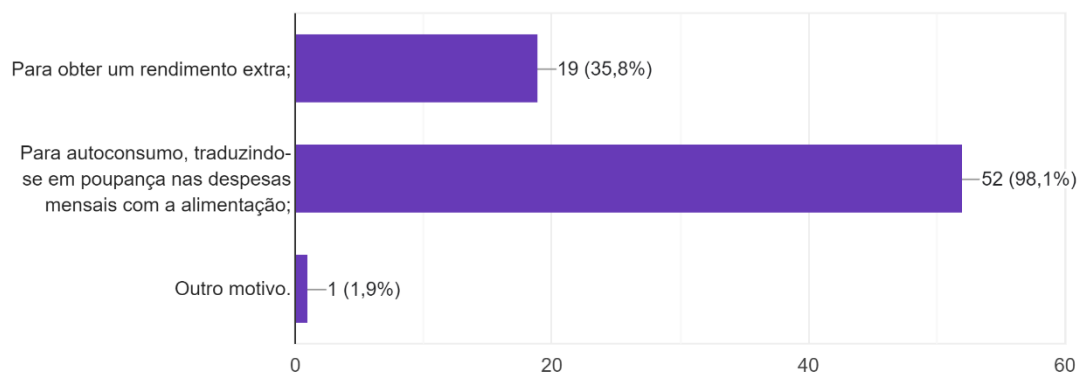


Figura 24: Gráfico com a opinião dos inquiridos.

Fonte: Google forms, 24 de setembro de 2022.

Conforme é possível observar no gráfico apresentado na figura 25, 47,2% das pessoas inquiridas afirma que a horticultura é uma atividade benéfica para a saúde física, 92,5% dos inquiridos considera que a horticultura é uma atividade com vantagens para a saúde mental.

Motivos pelos quais é ou se pode tornar hortelão (por motivos de saúde):

53 respostas

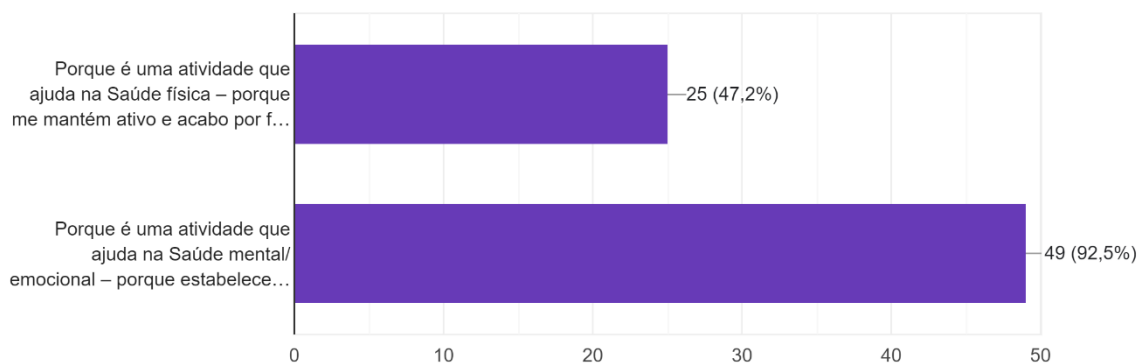


Figura 25: Gráfico com a opinião dos inquiridos.

Fonte: Google forms, 24 de setembro de 2022.

De acordo com a informação disponibilizada no gráfico da figura 26, 83% das pessoas inquiridas afirma que gostaria de se dedicar à horticultura para conviver com outras pessoas, 56,6% afirma que a troca de conhecimentos com outros hortelãos seria um aspeto vantajoso, 47,2% afirma gostar de trabalhar a terra, por ter um passado ligado à agricultura, 50,9% afirma que horticultura pode ser uma boa ocupação dos tempos livres.

Motivos pelos quais é ou se pode tornar hortelão (sociais e culturais):

53 respostas

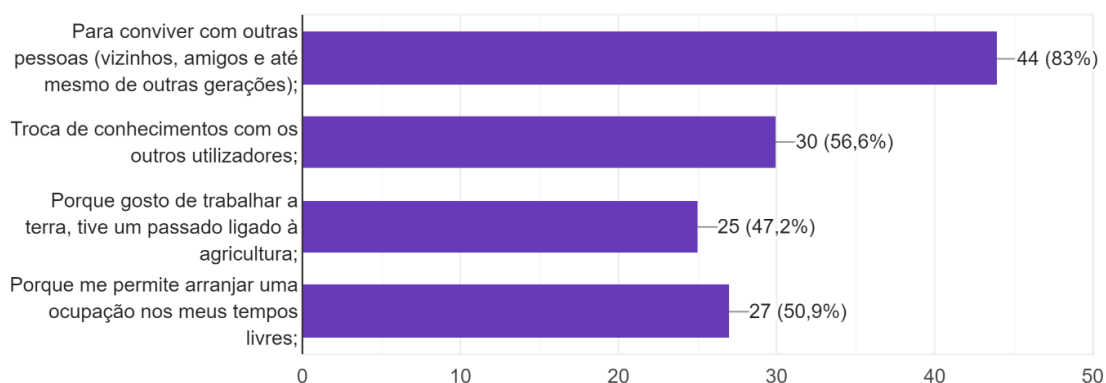


Figura 26: Gráfico com a opinião dos inquiridos.

Fonte: Google forms, 24 de setembro de 2022.

No gráfico da figura 27, podemos observar que 94,3% dos inquiridos menciona o facto de os alimentos cultivados localmente pelos mesmos serem de maior confiança e apresentarem melhor sabor e aroma.

Motivos pelos quais é ou se pode tornar hortelão (por motivos de qualidade alimentar):

53 respostas

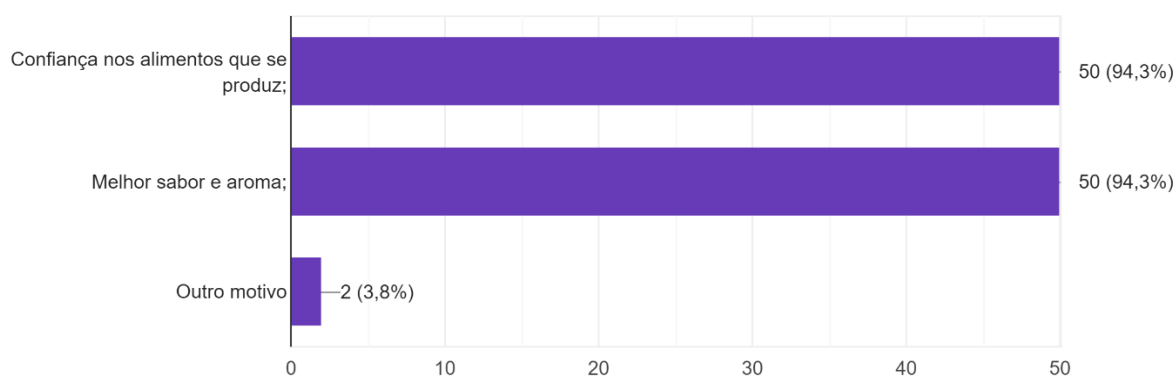


Figura 27: Gráfico com a opinião dos inquiridos.

Fonte: Google forms, 24 de setembro de 2022

Em relação à localização das hortas, 69,8% dos inquiridos responderam que as hortas deveriam ser localizadas em vários locais, enquanto 30,2% responderam que deveriam ficar num só local (gráfico da figura 28).

Qual a melhor localização para as hortas? Num só local ou em vários locais? (marque apenas uma opção)

53 respostas

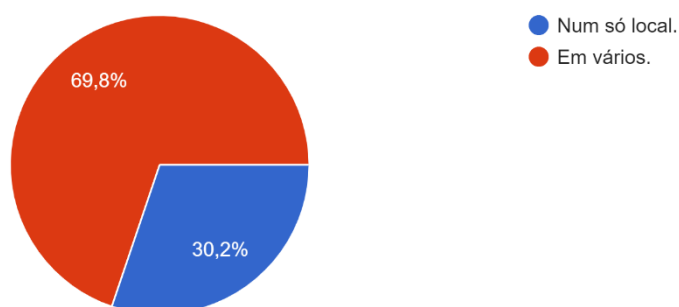


Figura 28: Gráfico com a opinião dos inquiridos;

Fonte: Google forms, 24 de setembro de 2022.

Consoante nos mostra o gráfico da figura 29, 65,4% das pessoas inquiridas responderam que as hortas deveriam ser implantadas onde já existem umas hortas, 61,5% respondeu que deveriam ficar localizadas nos vários canteiros do bairro, 26,9% menciona a acessibilidade como um ponto a favor da localização.

Especifique qual o lugar ou quais os lugares que considera apropriados para a localização das hortas.

52 respostas

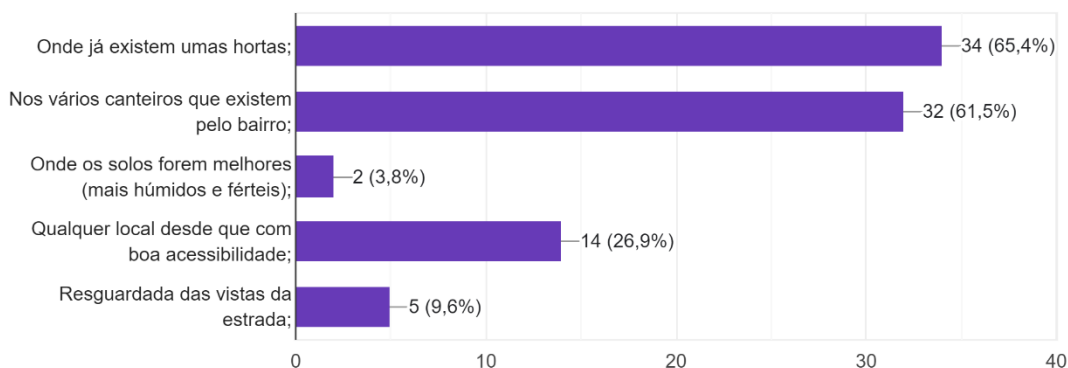


Figura 29: Gráfico com a opinião dos inquiridos;

Fonte: Google forms, 24 de setembro de 2022.

No gráfico da figura 30, podemos observar a opinião dos moradores, em relação às estruturas e infraestruturas de apoio às hortas. Concluimos que a ergonomia dos talhões de plantação é uma prioridade para a maior parte das pessoas inquiridas (92,5%). Outros aspetos a priorizar são: garantir pontos de rega nas proximidades das hortas; a implantação de uma casa ou de algumas casas de apoio (para armazenamento de sementes e para guardar as ferramentas); a vedação e portão de acesso (dos quais falamos mais à frente); um percurso definido e mais elevado que facilite o acesso às hortas em qualquer altura do ano; uma barreira visual que garanta a privacidade por parte de quem trabalha as hortas; uma barreira física que mitigue o risco de queda; um local para compostagem; um local à sombra com mesas e cadeiras para servir de zona de descanso. Para além destes aspetos, será necessário elaborar um regulamento que estipule as regras de utilização das hortas e solicitar apoio financeiro à Junta de Freguesia de Aradas.

Estruturas e infraestruturas de apoio às hortas: (marque as opções que considera adequadas)

53 respostas

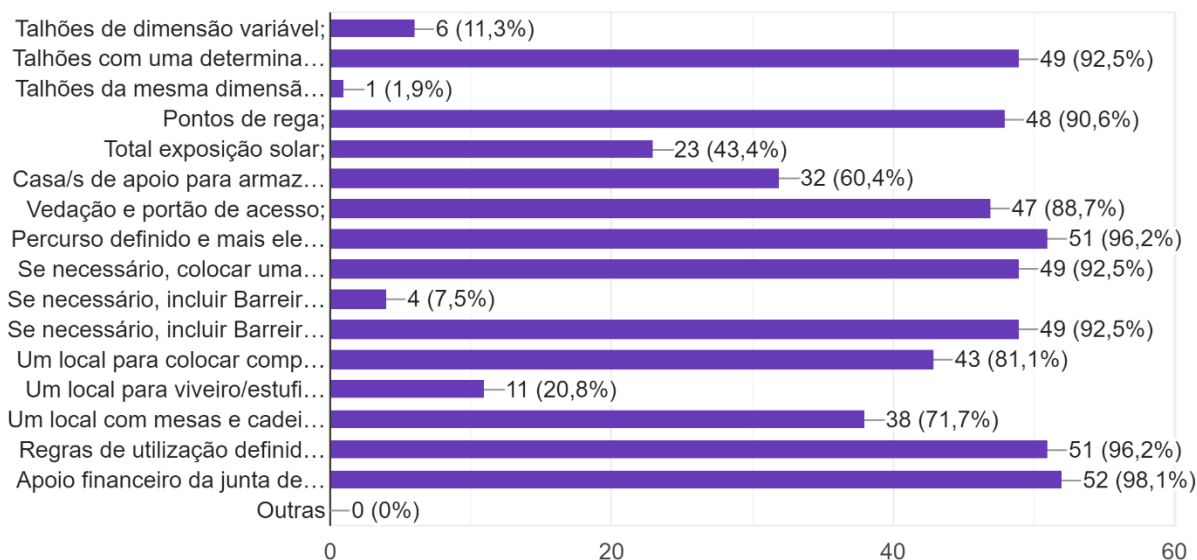


Figura 30: Gráfico com a opinião dos inquiridos;

Fonte: Google forms, 24 de setembro de 2022.

Muito embora, o terreno inculto junto às garagens (local onde já existem umas hortas), seja considerado pelas pessoas uma localização favorável à implantação das hortas, constatámos após a entrevista presencial à pessoa que cultivava essas hortas pré-existentes, que para reunir as condições necessárias, neste terreno terá de ser incorporada uma boa camada de terra vegetal, uma vez que existe algum entulho na camada superficial do solo, que poderá dificultar as práticas de horticultura. De acordo com o inquirido, a ausência de um sistema de rega naquela área é também um obstáculo. Segundo algumas pessoas entrevistadas presencialmente, a vedação da horta e a porta de acesso, são estruturas fundamentais, não tanto pelo facto de ficarem expostas ao furto e vandalismo, mas sobretudo por existirem muitos animais de estimação no bairro, que poderão eventualmente aceder às hortas e causar estragos ou problemas sanitários que comprometem a segurança alimentar.

2.3.2. PROPOSTA

No desenho de projeto para a horta comunitária da Quinta do Canha, procurámos corresponder às expectativas e necessidades dos moradores, localizámos este programa em duas áreas, a noroeste (onde existe atualmente um relvado) e na área livre junto às garagens (a sudeste), em ambas as situações a exposição solar está assegurada. O programa contempla talhões sobrelevados e de nível, locais de estadia e pequenas abrigos /casas de apoio, para guardar maquinaria e ferramentas e outros bens necessários à resposta a estes usos.

O percurso principal percorre toda a área no limite mais próximo ao bairro e acompanha as os talhões sobrelevados, tendo-se garantido a largura suficiente para garantir a acessibilidade a pessoas de mobilidade reduzida, bem como a circulação dos utilizadores no acesso aos restantes talhões e o acesso ao parque do Eucalipto. O percurso principal de que falámos é construído com madeira sustentável e o percurso de circulação que envolve as camas de cultivo sobre-elevadas construído recorrendo a materiais reutilizados (paletes) e os restantes serão em gravilha.



Figuras 31 – Plano Geral da Horta Comunitária da Quinta do Canha

Dadas as preferências por camas de cultivo sobre-elevadas, propusemos 26 unidades (de 2m por 1m de largura e 90cm de altura) e na restante área os talhões ocorrem numa situação ligeiramente elevada relativamente ao pavimento (10/20 cm). Sendo estes talhões, que são os dominantes - 42 unidades - apresentam diferentes áreas, variando entre os 10 e 40m², o que permite responder à necessidade de cada utilizador. Os talhões maiores podem ainda ser subdivididos transversalmente e/ou longitudinalmente, também com tábuas de madeira, assegurando-se as diferentes necessidades ao longo do tempo, eventualmente até a sua partilha entre os diferentes utilizadores.



Figuras 32 – Vista 3D da Horta Comunitária

Muito embora, alguns inquiridos, tenham sugerido que as hortas se distribuíssem um pouco por todo o bairro, nos canteiros pré-existentes, esta ideia só foi parcialmente respondida com a opção por duas áreas contíguas, dado nos fazer sentido manter alguns canteiros que são usados para passeio dos moradores com animais de estimação no bairro.

As hortas encontram-se delimitadas por uma vedação, cujo material é também as ripas de madeira e a sua altura varia entre 1m e 1,20m de altura. Como referimos antes o passadiço de madeira é a estrutura de articulação entre as hortas, a área de estadia e a ligação ao parque do eucalipto.

A área de estadia, que ocorre entre as duas áreas de hortas, apoiou-se na preexistência de 3 plátanos (figura 33), cuja copa é já generosa, e assim proporcionam a sombra desejada à estadia. Naturalmente que aqui se alarga a área pavimentada até ao limite, mais junto à via, onde existe uma contenção de terras e assim se afirma um desnível de cerca de 3m, que se resolve com a continuidade da vedação nesse lado por razões de segurança de forma a mitigar o risco de queda. Do lado oposto este local é aberto e é um convite à presença também de outros moradores do bairro, conviverem. Deste local central é possível aceder quer aos dois sectores de hortas cujo acesso é feito por pequenos portões. Nos extremos opostos das hortas o acesso também é assegurado por portões.



Figuras 33 – Vista 3D da zona de transição entre as duas áreas destinadas à Horticultura.

Junto a esta área de estadia é possível parar os carros e, eventualmente, se a produção assim o justificar, consumidores vindos de outras áreas vizinhas, aqui venham adquirir os alimentos, funcionando quase como um “hortodrive” ou ponto de recolha de produtos hortícolas. Junto a cada portão de acesso às hortas, existem 3 abrigos, onde as pessoas podem guardar a sua maquinaria e ferramentas de cultivo.

Para possibilitar o cultivo das hortas a sudeste, foi necessário retirar os 12 pinheiros recentemente plantados. Propôs-se a sua transplantação. Considerámos que a orla da área situada a noroeste será a localização ideal para estas árvores, que, deste modo, passam a garantir a privacidade necessária. Para o solo que fica por baixo das copas dos pinheiros, propusemos uma cobertura de pervinca (*Vinca minor*), esta última cresce espontaneamente nas redondezas do bairro.



Figuras 34 – Vista 3D da Horta Comunitária onde se visualiza os abrigos e a vedação

Para a orla da área situada a sudeste, considerou-se pertinente a presença de sabugueiros (*Sambucus nigra*), por ser um arbusto/pequena árvore que surge espontaneamente nas áreas adjacentes ao bairro e pelas vantagens que acarreta para a agricultura: trata-se de uma planta medicinal; as suas flores atraem polinizadores promovendo o aumento da biodiversidade; os seus resíduos orgânicos (ramos, talos e folhas) podem ser utilizados para afastar predadores.

Os contentores de compostagem (figura 35) localizam-se dentro do recinto das hortas em situação de fácil acessibilidade a todos os moradores, que optem pela separação dos resíduos orgânicos, podendo assim participar na divisão de resíduos de na produção de composto orgânico.



Figuras 35 – Vista 3D da Horta Comunitária onde se visualiza um dos pontos de compostagem

Antes da implantação da horta, nos trabalhos de preparação do solo, deverá ser feita uma escarificação do solo, especificamente na área a sudeste, para remoção do entulho que se encontra à superfície do solo. Este entulho deverá ser aplicado na base das camas de cultivo sobre-elevadas. E será necessário incorporar uma camada extra de terra viva em cada talhão, com cerca de 20/30cm.

Naturalmente que para o bom funcionamento das hortas foi realizado um regulamento. (ver em anexo IV). Desse regulamento há que destacar que cada utilizador deverá pagar uma cota anual ou mensal a definir pela Junta de Freguesia, esta cota será utilizada para garantir a manutenção e renovação das estruturas da horta.

Será dada preferência aos moradores do bairro, no entanto, admitindo-se, caso haja procura, que alguns talhões possam ser disponibilizados para outras pessoas que residam em outros locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que, por motivos profissionais, não tenha sido possível realizar um estágio na autarquia, houve um esforço para desenvolvermos um trabalho final com uma componente mais prática. O projeto foi realizado em parceria com a junta de freguesia e com a participação da população residente, ou seja, realizámos um projeto apoiado pela metodologia de participação pública, que antecedeu a realização do projeto, com a realização do inquérito aos utilizadores do espaço.

Está ainda previsto um segundo momento de participação, a que corresponde a apresentação e explicação do projeto aos moradores, o que pode levar a eventuais alterações.

Este bairro vai ser valorizado desde logo, do ponto de vista social e do ponto de vista paisagístico. A produção de proximidade e a possibilidade de venda/consumo dos produtos pelas famílias é fundamental na cidade e sociedade atuais e neste bairro em particular e neste bairro em particular dada a população que lá reside e necessidades que possui a nível económico e social.

Enquanto Arquitetos Paisagistas, é nossa missão garantir a sustentabilidade das cidades e repensar o planeamento das mesmas, para que a humanidade possa viver em harmonia com a natureza e procurar nela exemplos para solucionar ou minimizar os impactos dos problemas que vivemos.

No caso específico da Quinta do Canha, é de notar que os moradores apreciam as atividades de jardinagem, apenas necessitam que lhes seja dado acesso a um espaço, a infraestruturas e a ferramentas, para que possam produzir os seus próprios alimentos localmente. O facto de existir uma ligação da freguesia de Aradas ao setor da cerâmica, poderá representar uma oportunidade para angariar materiais reutilizáveis (paletes), que poderão ser úteis à instalação da Horta Comunitária da Quinta do Canha.

Estas hortas vão ter um regulamento que orienta todo o processo de instalação, de produção das hortas e dos seus utilizadores. Muito embora dê prioridade às pessoas residentes no bairro, permite que outras também se possam candidatar também a cultivar um talhão.

Na resposta a mais um desafio, sinto que consegui superar as principais dificuldades e integrar no processo de projeto uma componente fundamental, a participação dos utilizadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barreto, C. (2022, março 30). *Aradas reforça qualidade de vida*. Junta de Freguesia de Aradas. <https://www.jf-aradas.pt/start.php?cat=1&sub=1&art=339>

Bastos, J. P. (2017, maio 30). *Esperança média de vida voltou a aumentar. E não sabemos qual é o limite*. Expresso. <https://expresso.pt/sociedade/2017-05-30-Esperanca-media-de-vida-voltou-a-aumentar.-E-nao-sabemos-qual-e-o-limite>

Beeson, A. (2020). *Roman Gardens* (1.^a ed.). Amberley Publishing.

Bowe, P. (2004). *Gardens of the Roman World* (1.^a ed.). J. Paul Getty Museum.

Carapinha, A. C. P. (1995). *Da essência do jardim português*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/11178>

Centro Regional de Informação das Nações Unidas (2022, julho 11). *População mundial atinge os oito mil milhões em novembro*. <https://unric.org/pt/populacao-mundial-atinge-os-oito-mil-milhoes-em-novembro/>

Decor Report. *Planting a Victory garden can help fight global warming*. <https://decorreport.com/planting-a-victory-garden-can-help-fight-global-warming>

Dias, S. S. (2021, setembro 27). *O capital natural de Portugal é um dos seus maiores ativos patrimoniais*. Jornal de Negócios. <https://www.jornaldenegocios.pt/sustentabilidade/ambiental/detalhe/o-capital-natural-de-portugal-e-um-dos-seus-maiores-ativos-patrimoniais>

FAO (2012). *Criar Cidades mais Verdes*. <https://www.fao.org/3/i1610p/i1610p00.pdf>

Freire, M., R. I. J. (2013). *Shocking ShoppingScapes*. *Revista Lusófona de Arquitetura e Educação*, nº 8-9, 407 - 425.

Gamito, J. L. C. (2010). *A cultura da chicória para café (Cichorium intybus L.) na região do Ribatejo*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/2471>

Glicínias Plaza Shopping Center. (2019, novembro 2). *20º Aniversário Glicínias Plaza*. https://www.glicinias.pt/historico_det.php?ID_evento=522

Gonçalves, R. G. G. (2014). *Hortas Urbanas. Estudo do caso de Lisboa*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/6809>

Gowdy-Wygant, C. (2013). *Cultivating Victory: The Women's Land Army & The Victory Garden Movement* (1.ª ed.). University of Pittsburgh Press.

Hopkins, J. C. (1919). *The province of Ontario in the war: a record of government and people* (1.ª ed.). Warwick Bros. & Rutter.

Instituto Nacional de Estatística (2021, dezembro 16). *Resultados Provisórios dos Censos 2021*. https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html

Jellicoe, G., Jellicoe, S. (2008). *Paisaje del Hombre* (1.ª ed.). Gustavo Gili, SA.

Junta de Freguesia de Aradas. *História e Origens*. <https://www.jf-aradas.pt/start.php?cat=4&sub=10>

Lawson, J. (1950). The Roman Garden. *Greece & Rome*, vol. 54, nº 19, 97 – 105.

Machado, J.P. (Coord). (1996). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Círculo de Leitores.

Martín, A. (2013, janeiro 8). *El huerto ecológico de Somosaguas 'Sabia Bruta'*. Universidad Complutense Madrid. <https://www.ucm.es/tribunacomplutense/84/art1324.php#.Yxz4d6TMJPZ>

Matless, D. (2016). *Landscape and Englishness* (2.ª ed.). Reaktion Books.

Matos, R. S. (2010). *A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano - Reflexões*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/4304>

Moreau, K. (2020, agosto 6). Os Jardins da Antiguidade. *Paisageiro*.
<https://www.paisageiro.com/blog/os-jardins-da-antiguidade>

Moreau, K. (2020, junho 19). Breve História da Arte dos Jardins. *Paisageiro*.
<https://www.paisageiro.com/blog/breve-historia-da-arte-dos-jardins>

Muteia, H. (2018, fevereiro 14). *Desafios da agricultura urbana e periurbana*. Agrotec.
<http://www.agrotec.pt/noticias/desafios-da-agricultura-urbana-e-periurbana/>

Nosowitz, D. (2020, maio 20). *Planting a Victory Garden Can Help Fight Global Warming*. Better Homes & Gardens.
<https://www.bhg.com/gardening/gardening-trends/climate-victory-garden/>

Notícias de Aveiro (2022, abril 1). *Pelo Caminho do Praiã: Um percurso com a ria vazia*.
<https://www.noticiasdeaveiro.pt/pelo-caminho-do-praião-um-percurso-com-a-ria-vazia/>

Onofre, S. A. (2005). *The floating gardens in México, world heritage risk site*.
https://citeseerx.ist.psu.edu/doc_view/pid/45278802eb82ad43cbf3cacdef62dd6013e74c9a

Pack, K. (1919). *The war garden victorious* (1.^a ed.). J.P. Lippincott Company.

Pfeiffer, B. B. (1995). *Frank Lloyd Wright* 1.^a ed.). Tashen.

Pinto, R. S. B. F. F. (2007). *Hortas urbanas: espaços para o desenvolvimento sustentável de Braga*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/7988>

Pinto, R. [et al.] (2011). Viabilidade ambiental das hortas urbanas enquanto espaços para o desenvolvimento sustentável. *Revista da Associação Portuguesa de Horticultura*, 106, 17 – 21.

Real, C. (2021, setembro 5). *Esgueirenses aprendem a fazer compostagem na Horta Comunitária*. Diário de Aveiro. <https://www.diarioaveiro.pt/noticia/74012>

Ribeiro, R. (2020, novembro 11). *Gonçalo Ribeiro Telles, o guerreiro incansável*. Visão Sapo. https://visao.sapo.pt/visao_verde/ambiente/2020-11-11-goncalo-ribeiro-telles-o-guerreiro-incansavel/

Rodrigues, M. I. (2020, setembro 20). *Podem os cidadãos ser verdes? O agricultor do século XXI diz que sim*. Visão Sapo. <https://visao.sapo.pt/actualidade/sociedade/2020-10-22-podem-os-citadinos-ser-verdes-o-agricultor-do-seculo-xxi-diz-que-sim/>

Rodrigues, M. F. (2010). *Empresas e Empresários das indústrias Transformadoras, na sub-região da Ria de Aveiro, 1864 – 1931*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Roux, P. *Iniciativas da UE para lutar contra a obesidade e promover estilos de vida mais saudáveis*. Comissão Europeia. https://ec.europa.eu/health/newsletter/114/focus_newsletter_pt.htm

Thacker, C. (1985). *The History of Gardens* (1.^a ed.). University of California Press.

Santos, A. I. F. (2018). *Desenhar a paisagem global*. [Relatório de estágio, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/23281>

Simões, S. (2021, outubro 4). *50.000 euros para uma Quinta do Canha mais intergeracional*. Diário de Coimbra. <https://www.diariocoimbra.pt/noticia/75006>

Sistema Municipal de Informação Geográfica de Aveiro (2022). *Emissão de Plantas*. <http://smiga.cm-aveiro.pt/EPL>

Sistema Nacional de Informação Geográfica (2019). *Carta Administrativa Oficial de Portugal*. <https://snig.dgterritorio.gov.pt/rndg/srv/por/catalog.search#/home>

Stedman, M. (2017, fevereiro 4). *Quando as crianças cultivam sua própria comida, elas desenvolvem 'empatia alimentar' e têm dietas melhores*. The Journal. <https://www.thejournal.ie/readme/gardening-tips-with-children-3217359-Feb2017/>

Torgal, R. (2020, outubro 30). *Imobiliário: As novas tendências trazidas pela pandemia*. Observador.

<https://observador.pt/opiniao/imobiliario-as-novas-tendencias-trazidas-pela-pandemia/>

Universidade de Aveiro (2022, maio 26). *Projeto CicloCompost começa a dia 28 de maio no HortUA Lab*. <https://www.ua.pt/pt/noticias/11/75439>

Valente, D. A. F. (2018). *Relação cidade/campo: Um Caminho para a Complementaridade*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora.

<http://hdl.handle.net/10174/15726>

World Health Organization (2021, junho 9). *Obesidade e Sobrepeso*.

<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>

ANEXOS

ANEXO I – EXCERTO DO REGULAMENTO DO PDM DE AVEIRO

SECÇÃO III

SUBSECÇÃO II

Espaço Habitacional Tipo 2

Artigo 100.º

Caraterização e usos

1 — O Espaço Habitacional Tipo 2 corresponde a urbanizações ou operações urbanísticas resultantes da expansão e transformação do Solo Urbano, caracterizadas por estruturas morfológicas mais densas que polarizam uma maior concentração de funções.

2 — Neste Espaço, o uso preferencial é o habitacional, de tipologia multifamiliar, admitindo-se ainda outros usos complementares e compatíveis, nomeadamente, equipamentos, empreendimentos turísticos e indústrias, desde que não criem quaisquer condições de incompatibilidade estabelecidas no artigo 40.º

SECÇÃO IV

SUBSECÇÃO I

Artigo 57.º

Identificação

O Espaço Florestal de Proteção é constituído por áreas com usos ou vocação florestal sensíveis, de elevado valor ambiental, que contribuem para a manutenção da diversidade biológica dos habitats, das espécies de flora e da fauna e que exercem funções de proteção prioritária da rede hidrográfica, de recuperação de solos degradados, dos terrenos agrícolas, das infraestruturas, de enquadramento de aglomerados urbanos e paisagens e integram, predominantemente, as áreas sujeitas a Regime Florestal Total, a maioria das áreas com ocupação florestal incluída em ZPE da Ria de Aveiro e outras áreas de acompanhamento do sistema hídrico, algumas tipologias de REN, bem como outras áreas florestais de carácter cultural, de investigação e desenvolvimento técnico e científico.

SECÇÃO V - SUBSECÇÃO I

Espaço Verde Urbano

Artigo 108.º

1 — O Espaço Verde Urbano corresponde a áreas verdes públicas ou privadas com carácter estruturante no Solo Urbano e que cumprem uma função relevante no equilíbrio do meio urbano e no resgate de carbono.

2 — Integra, nomeadamente, jardins públicos, pequenas manchas de mata ou bosquetes com interesse ecológico paisagístico, bem como alguns eixos arborizados em espaço público e hortas urbanas.

ANEXO II – INQUÉRITO AOS MORADORES DA URBANIZAÇÃO DA QUINTA DO CANHA

Este inquérito, é feito no âmbito da conclusão do trabalho final de mestrado em Arquitetura Paisagista.

Procura perceber:

- O interesse dos moradores em virem a ter hortas no bairro, tornando-se hortelões;
- Confirmando-se esse interesse em ter hortas, procura-se envolver a população na definição da localização das hortas e das suas características.

I parte

(Caracterização do entrevistado)

1. Confirmo que compreendi os objetivos e procedimentos do estudo e autorizo que os dados recolhidos sejam utilizados para análise: (marque apenas uma opção)

Sim

Não

2. Sexo:

3. Nacionalidade:

4. Idade:

5. Situação atual: (maque apenas uma opção)

- a) Reformado
- b) Desempregado
- c) Trabalhador ativo
- d) Estudante

II parte

(motivos pelos quais é ou se pode tornar hortelão)

- 1. Por motivos económicos: (marque as opções que considera adequadas)**
 - a) Para obter um rendimento extra;
 - b) Para autoconsumo, traduzindo-se em poupança nas despesas mensais com a alimentação;
 - c) Outro motivo. Qual?

- 2. Por motivos sociais e culturais: (marque as opções que considera adequadas)**
 - a) Para conviver com outras pessoas (vizinhos, amigos e até mesmo de outras gerações);
 - b) Troca de conhecimentos com os outros utilizadores;
 - c) Porque gosto de trabalhar a terra, tive um passado ligado à agricultura;
 - d) Porque me permite arranjar uma ocupação nos meus tempos livres;

- 3. Por motivos de saúde: (marque as opções que considera adequadas)**
 - a) Porque é uma atividade que ajuda na Saúde física – porque me mantém ativo e acabo por fazer atividade física;
 - b) Porque é uma atividade que ajuda na Saúde mental/emocional – porque estabelece uma ligação com a natureza;

- 4. Por motivos de qualidade alimentar: (marque as opções que considera adequadas)**
 - a) Confiança nos alimentos que se produz;
 - b) Melhor sabor e aroma;
 - c) Outro motivo: qual?

III parte

(opinião sobre a melhor localização da/s hortas e das características que possam vir a ter)

- 1. Num só local ou em vários locais? (maque apenas uma opção)**
 - a. Num só local
 - b. Em vários: onde?

- 2. Qual a /s melhor/es localização/ções? (marque as opções que considera adequadas)**
 - a. Onde já existem umas hortas;
 - b. Nos vários canteiros que existem pelo bairro;
 - c. Onde os solos forem melhores (mais húmidos e férteis);
 - d. Qualquer local desde que com boa acessibilidade;
 - e. Resguardada das vistas da estrada;

- 3. Qual seria a melhor prática de agricultura a adotar para estas hortas: (marque as opções que considera adequadas)**
 - a. Agricultura biológica;
 - b. Agricultura convencional;

- 4. Estruturas e infraestruturas de apoio às hortas: (marque as opções que considera adequadas)**
 - a) Talhões de dimensão variável;
 - b) Talhões com uma determinada altura, para que pessoas com mais dificuldades de mobilidade, possam também participar no cultivo;
 - c) Talhões da mesma dimensão (tipo 3m x 3m), que depois se podem juntar em função das necessidades de cada hortelão;
 - d) Pontos de rega;
 - e) Total exposição solar;
 - f) Casa/s de apoio para armazenar o material necessário ao cultivo (ferramentas e sementes...);
 - g) Vedação e portão de acesso;

- h) Percurso definido e mais elevado, em madeira ou outro material, para mais fácil circulação (planeado para garantir a acessibilidade de todos), em qualquer altura do ano);
- i) Se necessário, colocar uma Barreira visual que garanta uma maior privacidade;
- j) Se necessário, incluir Barreira física que proteja do vento dominante;
- k) Se necessário, incluir Barreira física que mitigue o risco de queda;
- l) Um local para colocar compostos orgânicos;
- m) Um local para viveiro/estufim comum;
- n) Um local com mesas e cadeiras de apoio ao descanso e convívio à sombra;
- o) Regras de utilização definidas para todos respeitarem (produtos biológicos, produtos químicos, tipos de plantas que podem ser usadas – hortícolas, frutícolas, árvores de fruto, regas...);
- p) Apoio financeiro da junta de freguesia, não só para a instalação como para a manutenção geral do espaço (vedações, percursos, casas de apoio, viveiros/estufim);
- q) Outras: quais?

ANEXO III – FLYER PROMOCIONAL DA HORTA COMUNITÁRIA DA QUINTA DO CANHA

Uma Horta na Quinta do Canha



E se existisse uma Horta Comunitária na Quinta do Canha? As hortas urbanas são espaços com várias funções, que proporcionam alimentos e atividades de recreio e lazer, são lugares onde as pessoas se reúnem para conviver, aproximando diferentes gerações e fortalecendo laços familiares e de amizade, resgatando memórias que influenciam, de uma forma positiva, as gerações futuras.

Neste panfleto, estão expressas algumas ideias, que resultaram de uma pesquisa visual, após uma reunião com a Junta de Freguesia de Aradas, em que foram discutidos alguns objetivos para a reabilitação dos espaços públicos da Urbanização. Estas ideias poderão ser postas em prática no Bairro.

Schulgarten

»»

Uma Horta na Quinta do Canha



Este trabalho está a ser realizado, no âmbito da conclusão do trabalho final de mestrado em Arquitetura Paisagista, pela Universidade de Évora. Numa próxima fase, será apresentado aos moradores, o projeto para que possam contribuir com as suas opiniões, enquanto utilizadores do espaço, indicando as suas necessidades relativamente às áreas exteriores do Bairro.

Créditos:
Frente: Imagens de readersheds e de autores desconhecidos
Verso: Imagens de hortadoze e de autores desconhecidos.

Ana Margarida Rodrigues Vieira de Castro

ANEXO IV – REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DA HORTA COMUNITÁRIA DA QUINTA DO CANHA

Horta Urbana – parcela de cultivo, situada no meio citadino, cuja principal função é a produção baseada em técnicas não mecanizadas, mas que acumulam outras funções nomeadamente, o recreio e o lazer, e mesmo a proteção e valorização de determinados recursos naturais.

Talhão – área destinada ao cultivo delimitada fisicamente.

Utilizador – Pessoa que cultiva um ou mais talhões, respeitando as regras estipuladas no presente regulamento.

Gestor – Entidade responsável pela gestão e manutenção das estruturas da Horta Comunitária, ao qual compete a seleção dos utilizadores, de acordo com os critérios estabelecidos para o efeito.

Delegado – utilizador, eleito de ano a ano pelos restantes utilizadores da Horta Comunitária, que estabelece a comunicação com o Gestor. É da responsabilidade do delegado comunicar a ocorrência de qualquer sinistro, que diga respeito ao manuseamento incorreto das máquinas e/ou estruturas colocados à disposição dos utilizadores, bem como informar o gestor acerca do não cumprimento das regras de utilização, que constam no presente documento.

Áreas Comuns – lugares onde se encontram as estruturas, infraestruturas e maquinaria e ferramentas de apoio à horticultura, tais como os abrigos, os pontos de água e as áreas de estadia.

1. Âmbito

A Horta Comunitária da Quinta do Canha visa promover a sustentabilidade urbana e está assente em 4 diretrizes:

- **Social** – promover a qualidade de vida dos moradores/utilizadores, através do contacto com a terra e do convívio social (intergeracional e intercultural), enfatizando o espírito de bairrismo;
- **Económica** – aumentar o orçamento familiar através da produção para autoconsumo, traduzindo-se em poupança nas despesas mensais, ou mesmo através da colheita de alimentos para comercialização;

- **Saúde** – promover a segurança e confiança alimentar, através do consumo de alimentos biológicos, produzidos localmente contribuindo, em simultâneo, para a saúde física e mental;

- **Ecológica** – promover as boas práticas agrícolas, de modo a reduzir ao máximo o risco de poluição do meio ambiente (solo, água, atmosfera).

2. Acordo de utilização

a) Para a utilização de um talhão é celebrado um acordo de utilização entre o gestor (Junta de Freguesia de Aradas), e o utilizador, no qual se dispõem as condições de utilização e os direitos e deveres do utilizador, consoante o previsto no presente regulamento.

b) O acordo de utilização celebrado ao abrigo do presente regulamento é válido pelo período de um ano, sendo passível de renovação por igual período a pedido do utilizador.

c) O incumprimento de qualquer alínea do presente regulamento, por parte do utilizador, conduz à cessação imediata do acordo de utilização sem que o utilizador tenha direito a qualquer indemnização.

d) O utilizador pode, a qualquer momento, denunciar o acordo de utilização e restituir o respetivo talhão, devendo, para o efeito, comunicar a sua intenção ao Gestor com uma antecedência mínima de trinta dias.

e) É possível através deste acordo a renúncia a qualquer tipo de indemnização por eventuais benfeitorias incluídas no talhão.

f) O utilizador é responsável por quaisquer acidentes pessoais decorrentes da utilização do talhão, da maquinaria e eventualmente ferramentas disponibilizados na horta para uso comum, bem como eventuais danos causados a terceiros.

3. Caracterização do direito de utilização de parcelas

- a)** O utilizador tem o direito de cultivar o(s) seu(s) talhão/talhões e de colher os alimentos provenientes da atividade hortícola que ali se exercer.
- b)** O direito previsto na alínea acima é de natureza precária e intransmissível, não conferindo qualquer direito de natureza real ou similar sobre o talhão/talhões ou sobre a propriedade onde o(s) mesmo(s) se insere.
- c)** O direito de utilização tem a duração de um ano a contar da celebração do acordo de utilização, sendo renovável por sucessivos períodos de um ano, mediante comunicação de interesse do utilizador ao Gestor (Junta de Freguesia de Aradas).

4. Caracterização do direito de utilização de parcelas

- d)** O utilizador tem o direito de cultivar o(s) seu(s) talhão/talhões e de colher os alimentos provenientes da atividade hortícola que ali se exercer.
- e)** O direito previsto na alínea acima é de natureza precária e intransmissível, não conferindo qualquer direito de natureza real ou similar sobre o talhão/talhões ou sobre a propriedade onde o(s) mesmo(s) se insere.
- f)** O direito de utilização tem a duração de um ano a contar da celebração do acordo de utilização, sendo renovável por sucessivos períodos de um ano, mediante comunicação de interesse do utilizador ao Gestor (Junta de Freguesia de Aradas).

5. Implantação e Cultivo das Hortas

5.1. É da competência da Junta de Freguesia de Aradas:

- a)** Disponibilizar os talhões cultivo;
- b)** Gerir os conflitos entre utilizadores;

5.2. É da competência dos utilizadores:

- a)** Preparar o solo e cultivá-lo adequadamente recorrendo às boas práticas de agricultura sustentável;
- b)** Zelar pela manutenção da segurança e limpeza dos talhões e da horta comunitária.

6. Direitos dos Utilizadores

- a) Cultivar em modo biológico/sustentável, um ou mais talhões (desde que não existam outros candidatos em lista de espera), inseridos numa área delimitada e com acesso a um ponto de água comum;
- b) Acesso a um ponto de compostagem comum, no qual deverão depositar os resíduos orgânicos resultantes da exploração, para posterior aplicação do produto final nas hortas;
- c) Acesso a um abrigo coletivo, para arrumar a maquinaria e ferramentas agrícolas (pequenas alfaias, etc);

7. Deveres dos Utilizadores

- a) Respeitar as condições de utilização dispostas no acordo de utilização e no presente documento;
- b) Iniciar os trabalhos de preparação do solo, num prazo de 30 dias após a atribuição do talhão;
- c) Zelar pelo cuidado do espaço de um modo geral
- d) Não obstruir os caminhos, que deverão manter-se livres para circulação;
- e) Não é permitido realizar queimadas, os resíduos resultantes das práticas de horticultura deverão ser depositados nos contentores próprios para o efeito;
- f) Recorrer a práticas agrícolas sustentáveis, com o menor impacto possível para o ambiente;
- g) Promover a boa gestão dos resíduos orgânicos, encaminhando-os para os pontos de compostagem, para futura reutilização (produto final);
- h) Não é permitido plantar árvores no talhão, espécies legalmente proibidas, ou plantas que estejam listadas como invasoras;
- i) Não é permitida a cedência do talhão a terceiros;
- j) Não pavimentar ou edificar qualquer tipo de estruturas, sem autorização prévia;
- k) Considera-se o abandono do talhão, ao fim de dois meses de ausência injustificada;
- l) Atividades pecuárias ou pastorícias não são permitidas;
- m) O gestor deve ser informado de imediato, caso se verifique alguma anomalia na horta, ou acerca de alguma situação que coloque o espaço em perigo.
- n) Comparecer às reuniões convocadas pelo Gestor.
- o) Não levar animais de estimação para a horta comunitária, apenas cães-guia estão autorizados a entrar na horta.

8. Avaliação

O Gestor irá realizar visitas periódicas à horta, para avaliar a utilização dos talhões, de forma a verificar o cumprimento do disposto no presente regulamento.

9. Cessação da Utilização

9.1. O direito de utilização cessa automaticamente nas eventuais situações:

- a) Caso o utilizador não tenha iniciado o cultivo nos 30 dias seguintes à atribuição do talhão;
- b) Caso o utilizador tenha abandonado o talhão, considerando-se para o efeito a sua ausência injustificada por um período superior a dois meses.

9.2. O Gestor, pode a qualquer momento decidir a resolução do acordo de utilização, caso se verifique o não cumprimento das disposições do presente regulamento, nomeadamente se o utilizador:

- a) Não cumprir os deveres de cordialidade, urbanidade e solidariedade para com os demais utilizadores;
- b) Negligenciar a manutenção das condições de segurança e limpeza do respetivo talhão e do talhão, incluindo os caminhos de acesso e os espaços de utilização coletiva;
- c) Edificar ou instalar infraestruturas de apoio, quebrando as disposições do presente regulamento ou sem autorização do Gestor;
- d) Danificar ou modificar as instalações criadas pela Junta de Freguesia.


10. Restituição do Talhão

- a) Finda a utilização por desistência do utilizador ou por qualquer das causas previstas no ponto 9, o utilizador é obrigado a restituir o talhão nas condições em que o mesmo se encontrava quando lhe foi entregue, sem quaisquer culturas ou materiais.
- b) Caso o utilizador não proceda à restituição do talhão nas condições referidas na alínea acima, os eventuais custos com a restituição serão imputados ao utilizador.

11. Custos

O utilizador deverá pagar uma cota anual ou mensal (por cada talhão) a definir pelo Gestor, para garantir a manutenção e renovação dos equipamentos, estruturas e infraestruturas da Horta Comunitária.



-  Árvores existentes
-  Arbustos propostos - *Sambucus nigra*
-  Aromáticas do estrato herbáceo e subarbusivo a definir conjuntamente com os hortelãos
-  Cobertura do solo - *Vinca minor*
-  Talhões de cultivo em tábuas de madeira
-  Camas de cultivo sobre-elevadas de madeira
-  Bancos de madeira
-  Caldeiras
-  Contentores de compostagem
-  Abrigos para equipamentos e ferramentas
-  Passadiço de madeira
-  Pavimento em madeira reutilizada
-  Gravilha
-  Lancel de betão
-  Vedação em ripas de madeira
-  Portão de acesso
-  Ponto de Água


 Escala: 1:200